

Eco-29/8

**Instituições de Microfinanças:  
seu impacto na redução de assimetrias no  
acesso ao crédito em Moçambique**

Rasselma Cassamo Ramujane Cassamo

Trabalho de Licenciatura em Economia  
Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Economia

Maputo, Abril 2008

**Instituições de Microfinanças:  
seu impacto na redução de assimetrias no  
acesso ao crédito em Moçambique**

Rasselma Cassamo Ramujane Cassamo

Trabalho de Diploma

Apresentado à Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane  
em cumprimento dos requerimentos para a candidatura ao grau de

Licenciatura em Economia

Maputo, Abril de 2008

## Declaração do Autor

Este trabalho foi produzido por mim e resulta do meu esforço e investigação. Esta é a primeira vez que submeto-me para um grau académico numa instituição de Educação.

*Rasselma Cassamo*  
.....

Rasselma Cassamo Ramujane Cassamo

Este trabalho foi aprovado com .....14..... valores no dia.....05..... de .....NAMU..... de 2008 por nós membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.

Presidente do Júri

*[Handwritten Signature]*  
.....

Arguente

*[Handwritten Signature]*  
.....

Supervisor

*[Handwritten Signature]*  
.....

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus pais Cassamo Ramujane Cassamo e Zaituna Ibraimo Panachande, que durante a minha formação fizeram todo esforço para nunca deixar faltar-me o material necessário, meus amigos, colegas de grupo, e em especial ao meu noivo, a Deus e ao meu supervisor.

**“ Se você acreditar que consegue,  
ou que não consegue, em ambos os casos,  
você está absolutamente certo (...)”**

Henri Ford

## SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	i
Lista de figuras.....	ii
Lista de abreviaturas.....	iii
Resumo .....	iv

### **CAPITULO I**

Introdução.....	1
Estrutura.....	2
Contextualização.....	2-6
Problema.....	6-8
Objectivo Geral.....	8-9
Objectivo Especifico.....	9
Relevância do Tema.....	9
Revisão de Literatura.....	10-13
Metodologia.....	13
Limitações no âmbito do Estudo.....	13-14

### **CAPITULO II**

#### Microfinanças em Moçambique.....

Evolução.....	14-15
Enquadramento Legal.....	15-18
Modalidades de crédito.....	18-20

### **CAPITULO III**

#### Instituições de Microfinanças em Moçambique.....

Tchuma, SCRL.....	20-24
Socremo.....	24-28
Procredit.....	29-32
UGC-CPC.....	32-39
Condições Gerais da UGC.....	39-40

### **CAPITULO IV**

#### Contributo das Instituições de Microfinanças no fornecimento de crédito.....

### **CAPITULO V**

Conclusão.....	52-53
Recomendações.....	54-55
Referencias Bibliográficas.....	56-58

- ANEXOS

Lista de tabelas	página
▪ Tabela 1: procedimentos para obtenção do crédito na Socremo	26-27
▪ Tabela 2: comparação dos procedimentos para obtenção do crédito nas instituições de Microfinanças;	41 - 42
▪ Tabela 3: requisitos para obtenção do crédito na banca tradicional exemplo do Banco Internacional de Moçambique – BIM;	43 - 44
▪ Tabela 4: distribuição geográfica das instituições de Microfinanças em Moçambique;	49
▪ Tabela 4.1: número de Instituições de Microfinanças por Província	49

## Lista de figuras

página

- Gráfico1: Evolução do montante de crédito concedido pelo Tchuma 23
- Gráfico 2: Evolução dos tipos de crédito do Tchuma 24
- Gráfico 3:Tendência média do empréstimo na Socremo 27
- Gráfico 4: Evolução do número de depósitos na Socremo 28
- Gráfico 5 :Evolução do número de empréstimo da Procredit 31
- Gráfico 6: Tendência do volume de crédito na Procredit 31
- Gráfico7: Evolução do número de depósitos da Procredit 32
- Gráfico 8: Evolução do número total de crédito concedido na UGC-CPC 37
- Gráfico 9: Evolução do valor total de depósitos anuais da UGC-CPC 39
- Gráfico 10: Evolução do número de clientes das IMF's 45
- Gráfico 11: Tendência do género na Socremo 46
- Gráfico 12:Evolução do número de clientes por sexo na UGC-CPC 47
- Gráfico 13: Evolução do resultado anual das IMF's. 51

## **Lista de abreviaturas**

IMF's - Instituições de Microfinanças;

CR - Crédito

PME's - Pequenas e Medias Empresas;

SFM - Sistema Financeiro Moçambicano;

IF's - Instituições Financeiras

RMF's - Regulamento das Microfinanças

BM - Banco de Moçambique

## Resumo

O presente trabalho faz análise da contribuição das instituições de Microfinanças na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique e tem como objectivo geral analisar se o surgimento das instituições de Microfinanças está a ajudar o país a reduzir as assimetrias no acesso ao crédito abarcando um número cada vez crescente de clientes sobretudo nas zonas rurais, e tem como objectivo específico descrever aspectos históricos das Microfinanças, suas modalidades de crédito, diferencia-las da banca tradicional e analisar o seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito. Para sua elaboração recorre-se a uma pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e fez-se uso do método descritivo, comparativo e estatístico. No entanto, as primeiras iniciativas de Microfinanças tiveram origem com a história do Grameen bank, um banco criado em 1976 e oficializado em 1983 por Mohammad Yunus, este banco fazia a utilização de uma modalidade de crédito em grupo, e esta experiência com o tempo foi se expandindo pelo Mundo. Em Moçambique as Microfinanças foram levadas a cabo numa primeira fase pelas ONG's que ofereciam linhas de crédito para população de baixo rendimento tida como beneficiária, isto com o objectivo de ajudá-la a melhorar seu nível de vida e simultaneamente promover determinadas actividades económicas. Porém, com o tempo estes programas enfrentaram elevados níveis de falta de reembolso que contribuíram para o seu fracasso. Após esta fase a actividade microfinanceira em Moçambique passou para uma abordagem concorrencial, onde nas instituições de Microfinanças são concedidos duas modalidades de crédito, o crédito em grupo e o crédito individual. Nota-se que as Microfinanças diferem da banca tradicional pela natureza precária das garantias exigidas e a existência nestas instituições de transacções em reduzida dimensão. Porém, estas instituições mesmo tendo surgido para fornecer serviços financeiros a população de baixa renda, através desta nova metodologia, verifica-se que estão a apresentar uma tendência de concentração nas zonas urbanas, conforme ocorre com a banca tradicional, isto devido aos custos inerentes a expansão para a zona rural. Estes custos associam-se a falta de sustentabilidade destas instituições, o que torna-as dependentes de financiamentos e ajuda externa que geralmente vem consignada. Assim, estes aspectos ao influenciarem na localização urbana desta actividade tornam mínima a contribuição destas instituições na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique pois esta actividade possui particular enfoque para as zonas urbana.

## CAPITULO I

### INTRODUÇÃO

Actualmente a economia moçambicana tem registado taxas de crescimento consideráveis com uma média de 6.5% nos últimos 15 anos, porém os benefícios deste crescimento económico não se distribuem de forma equitativa pelas diferentes regiões do país.

Esta tendência de iniquidade entre as regiões também se reflecte no fornecimento de serviços financeiros, pois estes tendem a situar-se em locais que lhe permitem minimizar seus custos administrativos e operacionais, e maximizar a rendibilidade.

No entanto, dada a importância que o crédito tem no desenvolvimento de actividades económicas, torna-se necessário fornecer serviços financeiros a população de baixa renda, localizada sobretudo nas zonas rurais para permiti-las dispor de uma oportunidade de melhorar seu nível de vida, e simultaneamente contribuir para Erradicação da Pobreza<sup>1</sup>.

Assim, atendendo ao ambiente cada vez mais competitivo e a aproximação de uma integração regional que mais tarde irá remeter o país a uma União Monetária, a necessidade de reduzir as assimetrias no acesso ao crédito nas várias regiões, deixa de ser um objectivo por atingir, mas sim um imperativo, sob risco das instituições de outros países chamarem a seu cargo essa tarefa.

Como resposta a estas desigualdades no acesso ao crédito surge o sector microfinanceiro, visando reduzir as dificuldades sentidas por agentes económicos no acesso ao crédito do sistema financeiro até então existente.

Neste âmbito, torna-se pertinente analisar se a actual proeminência de instituições de Microfinanças em Moçambique está a ajudar o país a diminuir as assimetrias no acesso ao crédito.

---

<sup>1</sup> “Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade.” (PARPA II, 2005: 8)

## **ESTRUTURA DO TRABALHO**

Para levar a cabo esta pesquisa o trabalho apresenta-se estruturado da seguinte forma. A guisa da introdução apresenta-se pontos como a Contextualização, o Problema do Estudo, os Objectivos, a Relevância do tema, a Revisão de literatura, a Metodologia e Limitações no âmbito do estudo. No segundo capítulo aborda-se a origem das Microfinanças e sua expansão pelo Mundo, no terceiro capítulo introduz-se as Microfinanças em Moçambique e faz-se menção a aspectos como evolução, enquadramento legal e modalidades de crédito; No quarto capítulo apresenta-se as características e funcionamento das instituições de Microfinanças em Moçambique (Tchuma, Socremo, Procredit, e UGC-CPC, respectivamente). No quinto capítulo discute-se o Contributo das instituições de Microfinanças no fornecimento de crédito e o capítulo seguinte apresenta-se a Conclusão, as Recomendações, seguindo-se as Referências Bibliográficas e por último os Anexos.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

“O sistema financeiro é o conjunto de instituições financeiras, legislação que asseguram a canalização da poupança para o investimento” (Instituto de Formação Bancária, 1995:7). Este sistema desempenha um papel crucial na economia, pois através da intermediação financeira, permite-se aos agentes económicos fazerem uso de seus serviços de poupança e crédito, para equilibrar o seu fluxo de rendimentos com as despesas.

Com o Sistema Financeiro é possível que “os agentes com falta de oportunidades de investimento não gastem tempo a procura de agentes com tais oportunidades, pois a intermediação financeira permite reduzir as assimetrias de informação e o tempo para fazer a transferência de fundos, de agentes superavitários para agentes deficitários”(Mishkim, 1998:13).

O sector financeiro numa economia é ainda responsável pela determinação de dois importantes preços de uma economia, a taxa de juro e a taxa de câmbio.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Ao determinar a taxa de juro, que associada a poupança é uma das variáveis explicativas do investimento, o sistema financeiro poderá afectar o nível de investimento e consequentemente o Produto Interno de uma economia.

Com relação ao seu domínio das taxas de câmbio, isto permite ao sistema financeiro afectar o saldo das transacções de uma economia com o exterior, e consequentemente o saldo da balança de pagamento.

No entanto, características do sistema financeiro variam consoante o nível de desenvolvimento de cada economia e da conjuntura política existente nesta. *“Na maior parte dos países em vias de desenvolvimento os serviços financeiros estão disponíveis para uma minoria da população”*[United Nations,1996:2]. Sendo Moçambique um país deste grupo não esta alheio a esta característica a nível do seu sistema financeiro.

O sistema financeiro Moçambicano(SFM) apresentou durante a sua evolução as seguintes características:

Depois da independência até 1987, o sistema financeiro moçambicano foi caracterizado por um monopólio da banca nas mãos do Estado, aplicando-se políticas de crédito selectivo e dirigido, através das quais o crédito era racionalizado e a sua alocação era feita em função dos objectivos estratégicos definidos pelo Estado. Nesta fase eram marginalizados pedidos de financiamento PME's e de particulares, que tinham de recorrer ao financiamento informal.

De um modo geral este período foi caracterizado a nível institucional e político por:

- “ Banco central com funções de principal banco comercial do país;
- Banca integrada e monopólios do Estado sobre a actividade e as instituições de intermediação financeira nacionais e com o exterior ;
- Limitada ou inexistente diversificação de instituições e de produtos financeiros;
- Subordinação da intermediação financeira ao plano Estatal Central de cada ano;

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

- Taxas de juro e de câmbio fixas, determinadas pelas autoridades governamentais”.(Navalha, 2000:7)

“Na Teoria económica esta fase ficou conhecida como Repressão Económica (modelo de Mackinnon-shaw,1973), dado que era caracterizada pela intervenção do Estado sobre o nível e a estrutura de juros, e por políticas de crédito selectivo e dirigido, com o objectivo de canalizar recursos financeiros a baixo custo para sectores considerados estratégicos no desenvolvimento da economia moçambicana”(Santos et all, 2001:173).

Para fazer face a carência de recursos resultante desta política de crédito, que não incentivava a poupança o governo recorreu ao financiamento inflacionário da dívida pública ou ao endividamento externo, e com isto desestimulava o investimento e a poupança.

Nesta fase o sistema financeiro foi caracterizado por um dualismo financeiro, que assume a forma de uma divisão entre um sector formal, na qual as instituições financeiras são supervisionadas pelo Banco Central, e um sector informal desregulado.

A partir de 1987, o Governo Moçambicano, visando reverter esta situação introduziu no âmbito do Programa de Reabilitação Económica – PRE, as seguintes reformas do sector Financeiro :

- Reforma jurídicos institucional, visando uma liberalização contínua e diversificação das actividades do sector, com uma abertura a iniciativa privada tanto de capitais nacionais como estrangeiros;
- Reforma de instrumentos e mecanismos de gestão das políticas financeiras;
- Privatização dos bancos do Estado e eliminação dos monopólios nas áreas dos seguros, câmbios e operações com o exterior.

Estas reformas visavam transformar e fortalecer o BM ; Reforçar a transparência em todas as actividades do Banco Central; Criar uma supervisão bancária à altura do

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

desenvolvimento do mercado financeiro. Isto com o objectivo de promover poupanças e investimento bem como o crescimento do sector financeiro.

Durante esta fase as instituições financeiras subdividem-se em dois grupos, nomeadamente:

*Instituições de crédito*, que são “empresas cuja actividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis e conceder créditos por sua conta (artigo 1 da lei número 28/91 alínea n de 31 de Dezembro)” [IFB,1995: 3-15]. Encontram-se neste grupo as instituições de crédito do Estado, Bancos Comerciais e instituições especiais de crédito( bancos de investimento, caixa económica e cooperativas de crédito);

*Instituições Auxiliares de Crédito*, que são “ instituições com actividade exclusiva de exploração de bolsas de valor, casas de câmbio, correctores e fundos de câmbio( artigo 1 alínea m da lei 28/91 de 31 de Dezembro”[IFB,1995: 3-15].

Posteriormente, em 1992 foi criada a *lei orgânica* nos termos da separação institucional das funções de Banco central e comercial exercidas pelo BM, passando o BM a controlar as actividades de regulação e supervisão do sistema financeiro e execução das políticas monetária e cambial juntamente com o Ministério da Finanças.

Assim, pode-se verificar que a partir de 1987 até a fase actual o sistema financeiro sofreu mudanças diversas como:

- “A actividade de intermediação financeira foi liberalizada, com ajustamentos da taxa de juro e de câmbio;
- Maior integração interna e entre diferentes segmentos do sistema financeiro;
- Redução ou eliminação do monopólio do Estado no sector financeiro;
- Maior abertura do sector financeiro ao mercado internacional”(Navalha, 2007:15).

Porém, mesmo tendo ocorrido mudanças no sector financeiro em termos de número de instituições, diversificação e modernização dos produtos financeiros (**vide tabela**

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

numero 7 no Anexo 1), esta evolução foi caracterizada por uma tendência de concentração das instituições financeiras nos principais centros urbanos.

Grandes assimetrias na distribuição de serviços financeiros são notáveis em Moçambique, e segundo o BM (2007) até 31 de Dezembro de 2006 o país contava com 228 instituições financeiras monetárias, significando que cada agente serve a uma média de 89.328 moçambicanos.

Esta situação que é ainda pior quando analisada a nível do distrito, pois dos 128 distritos existentes no país apenas 28 (cerca de 21.9% do total) é que tem agências estando a maioria aglomeradas em Maputo e totalizam 121, o que corresponde a 53.07%, seguindo-se a província de Sofala com 22 e Nampula com 17 agências (**vide Anexo 1 tabela 8 e 9**)

Entretanto, esta concentração de instituições inibiu um elevado número de moçambicanos, sobretudo de baixo rendimento e as PME's de ter acesso a serviços financeiros, para fazer face a suas necessidades de financiamento, de emergência e de ciclo de vida para o caso dos particulares.

Assim, houve necessidade de fornecer serviços financeiros as populações de baixo rendimento e adequá-los as capacidades reais dessa camada social, aos ciclos do seu negócio em termos de cash-flow do rendimento e situar-se próximo destas. Daí que foi necessário criar uma forma de instituições financeiras alternativa que respondam a estes requisitos, o que foi possível com as *Microfinanças*.

## **PROBLEMA DO ESTUDO**

Moçambique é um país que foi colónia portuguesa e atingiu a sua independência em 1975, após longos anos de guerra. Ao atingir a libertação face a exploração portuguesa o país viveu um período de degradação da sua economia, resultante do fracasso das políticas adoptadas para a recuperação económica pós-guerra, aliadas a falta de recursos e de quadros.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Nos últimos anos o país tem apostado num crescimento económico sustentável, que passa por usar recursos e capacidades internas para estimular o crescimento da economia, o que torna necessário melhorar as formas de captação de poupanças e fornecimento de crédito.

Desta forma, as reformas económicas prosseguidas no âmbito do PRE iniciadas em 1987 e que atingiram seu ímpeto em 1990, foi levado a cabo a reforma do sector financeiro, visando criar oportunidades de acesso ao crédito, sobretudo a população de baixo rendimento e as pequenas e médias empresas.

No entanto, mesmo com as reformas implementadas no âmbito do PRE o país continuou caracterizado por um sistema financeiro não abrangente, o que significa que a liberalização financeira não foi suficiente para alterar substancialmente as desigualdades de oportunidades no acesso ao crédito.

Isto é resultante da maior parte das instituições financeiras estarem concentradas nas principais cidades ou centros urbanos, para além de que os requisitos em termos de garantias, prazo de pagamento, mínimos de créditos e o luxo destas instituições, faz com que estas prestem serviços financeiros a uma parte da população em detrimento das populações de renda baixa, localizadas sobretudo nas zonas rurais.

Assim é notável que em Moçambique de uma média de 128 distritos com 228 IF's, cerca de 53%<sup>2</sup> estão localizadas em Maputo. Este comportamento que é justificado pelas IF's, como sendo uma estratégia de maximização do lucro, pois a expansão para as zonas rurais põe em causa este objectivo.

Esta incerteza de lucro na zona rural para além de estar condicionado a falta de infra-estruturas e meios de comunicação, é ainda agravado pelas capacidades reais da populações de baixa renda em termos de:

- Tamanho das transacções procuradas ser pequeno;
- Ausência em alguns casos de garantias para cobrir o risco do crédito;
- Elevado risco associado ao sector agrário e a sazonalidade da actividade;

---

<sup>2</sup> Dado retirado do relatório anual do BM, 2007

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Estes aspectos fazem com que esta população não seja um mercado atraente para os Bancos tradicionais, juntamente com as PME's urbanas.

Neste âmbito surgiram alternativas de prestar serviços financeiros a estas populações menos abastadas financeiramente, bem como as PME's, através de programas microfinanceiros.

Estes programas, que numa primeira fase foram realizados por ONG's no contexto de acordos bilaterais de ajuda mútua, para situações de emergência como cheia, guerra, seca dentre outros.

Porém, recentemente as Microfinanças passaram para uma nova fase, em que a actividade é realizada por agentes económicos independentes numa abordagem concorrencial e com uma tendência de concentração nos principais centros urbanos, conforme ocorre com a Banca tradicional.

Facto resultante destas IMF's também estarem preocupados com as oportunidades de maximização do lucro, o que torna necessário explorar as sinergias existentes nos centros urbanos para reduzir os custos, dado que o ambiente urbano reúne melhores condições do que a zona rural.

Contudo, tendo em consideração a importância que o crédito tem numa economia e atendendo que um dos problemas levantados nos países em vias de desenvolvimento é a falta de acesso ao crédito, tendo por isso surgido as IMF's para permitir o acesso ao crédito aos agentes económicos não abrangidos pela banca tradicional, torna-se pertinente, analisar até que ponto a actual proeminência IMF's que se verifica está a contribuir para redução de assimetrias no acesso ao crédito, em Moçambique que constitui o alvo do estudo.

**OBJECTIVO GERAL**

O trabalho tem em vista analisar se desde o surgimento das instituições de Microfinanças até ao seu estágio actual de desenvolvimento estas tem vindo a contribuir positivamente na redução de assimetrias no acesso a serviços financeiros,

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

especialmente no fornecimento de crédito , abarcando maior número de clientes, sobretudo nas camadas mais vulneráveis.

**OBJECTIVO ESPECÍFICO**

- Descrever aspectos históricos referentes a origem das Microfinanças em Moçambique, sua evolução e enquadramento legal;
- Apresentar as modalidades de crédito existentes nas Microfinanças;
- Mostrar as características das Instituições de Microfinanças e diferencia-las dos restantes bancos;
- Analisar o contributo das Instituições de Microfinanças na redução das assimetrias no acesso ao crédito;

**RELEVÂNCIA DO TEMA**

Em Moçambique o problema do acesso ao crédito é apontado como sendo um dos entraves ao crescimento económico, havendo por isso uma necessidade imediata de fornecer serviços financeiros, sobretudo as populações de renda baixa, que são as que maioritariamente não estão ligados aos Bancos comerciais.

Consciente disto, o governo moçambicano definiu nos seus programas Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) e no Plano Quinquenal do Governo 2005-2009 o acesso ao crédito como um dos instrumentos prioritários para o melhoramento do nível de vida das populações de baixa renda e uma estratégia para o Alívio a Pobreza.

Desta forma, com a actual surgimento de instituições micro financeiras torna-se pertinente analisar até que ponto estas estão a contribuir para reduzir as assimetrias no acesso ao crédito, pois Bancos Comercias sempre existiram e mesmo assim um número elevado da população não faz uso desses Bancos.

## REVISÃO DE LITERATURA

*“Um dos graves problemas enfrentados pelos países em vias de desenvolvimento diz respeito a sua capacidade de mobilização dos recursos financeiros internos. Sistemas financeiros desadaptados das realidades e necessidades do país, diminuta poupança e investimento nacional caracterizam estas economias”*[Ferreira Manuel,1998:2].

As tentativas de resposta que as pessoas mais desfavorecidas procuram encontrar para gerarem rendimentos que assegurem a sua sobrevivência, tem feito aparecer e desenvolver uma série de esquemas, instituições, e intermediários financeiros fora do sector financeiro formal, o que cria um dualismo no sistema financeiro.

No entanto, na esmagadora maioria dos países em vias de desenvolvimento os mercados de capitais são imperfeitos: Sistemas financeiros pouco desenvolvidos e informação incompleta. Este último aspecto que torna a liberalização financeira insuficiente para superar a segmentação do mercado financeiro.

Neste contexto o modelo de Stiglitz/Weiss(1981) defende que, função alocativa dos preços não é suficiente para estabelecer um equilíbrio entre a procura e oferta no mercado financeiro, devido assimetria de informação, caso em que uma das partes envolvidas numa transacção financeira não possuem informação suficiente sobre a outra parte envolvida na transacção.

Este problema de assimetria de informação esta associado a duas problemáticas :

- ❖ “ Risco Moral, surge após a transacção e refere-se ao caso em que o prestador corre o risco de o tomador se engajar em actividades indesejáveis do ponto de vista do prestador, pois diminuem a probabilidade de reembolso do empréstimo;
- ❖ Selecção adversa, acontece antes da transacção ocorrer , onde tomadores com risco de crédito elevado são os que mais atractivamente buscam empréstimos. Portanto as partes contratantes, que mais provavelmente produzirão um resultado indesejável são também as que mais provavelmente se engajarão na transacção.”(Mishkim,1998: 124)

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

A incerteza inerente ao processo de transacção associada a problemática do risco moral e da selecção adversa poderá causar comportamentos oportunistas da parte melhor informada.

Assim na tentativa de evitar uma deterioração da qualidade da sua carteira de crédito, os bancos tradicionais estabelecem tectos da taxa e juro e mínimos de CR, e acabam desta forma racionalizando o crédito. Consequentemente não atendem a procura de micro empresas mesmo quando estas estão em condições e dispostas a pagar o risco dos custos de transacção por meio de juros mais elevados.

Na tentativa de suprir estes problemas, surgem o crédito microfinanceiro individual e em grupo, onde o individual toma como base a capacidade e disposição de pagamento do futuro cliente e suas garantias pessoais e ou reais (avaliadas pelo gestor do crédito). Crédito solidário ou em grupo fornecido a agentes económicos organizados em grupo cujo número varia de acordo com a Instituição.

Estes tipos de crédito, resolvem o problema na medida que os requisitos para adquirir o CR são mais favoráveis em relação a banca tradicional, para além de que oferecem montantes mínimos baixos em relação a banca tradicional e exigem garantias básicas, o que permite as populações de baixa renda e as PME's terem acesso a seus serviços financeiros. Estas modalidades de CR são fornecidos pelas Microfinanças.

Entende-se por Microfinanças “actividade que consiste na prestação de serviços financeiros, essencialmente em operações de reduzida e média dimensão” ( Banco de Moçambique, 2006: 4) e esta actividade é levada a cabo por Instituições de Microfinanças, que segundo o mesmo decreto do Banco de Moçambique são definidas como sendo “ entidades singulares, ou colectivas que se dedicam, com carácter habitual e profissional, a actividade de Microfinanças”.

O grupo alvo destas instituições são as populações de baixo rendimento, mas economicamente activas e com espírito e potencial empreendedor, e distinguem-se de outros serviços financeiros pelo facto de envolverem valores reduzidos nas

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

operações, e localizarem-se próximo dos clientes, o que elimina a questão da distancia geográfica e distancia social<sup>3</sup>, que caracteriza a maioria dos Bancos comerciais.

A ideia de Microfinanças tem a sua origem em Bangladesh com a história do Grameen Bank, um banco criado em 1976 e oficializado em 1983 por Mohammad Yunus, esta realização que lhe conferiu o Prémio Nobel da Paz em 2006.

O Grameen Bank é uma Instituição de Microfinanças conhecida Internacionalmente que faz a utilização de uma modalidade de crédito em Grupo, também conhecido por crédito solidário. Esta instituição pretendeu para além do fornecimento do crédito, estimular o desenvolvimento de uma capacidade empreendedora nos seus clientes.

A ideia de Yunus é que a pobreza é criada pela rejeição e não está dentro do ser humano, as pessoas não nascem pobres, pobreza é uma coisa que se constrói com o tempo, por ideias, por conceitos que passam para as pessoas. Por esta razão, o foco de combate deverá ser melhorar o que cada um já tem dentro de si.

Assim as instituições de Microfinanças vão oferecer uma oportunidade de acesso ao crédito e outros serviços financeiros a população de baixo rendimento, de forma que esta possa utilizar sua capacidade empreendedora para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida.

Para levar a cabo a sua metodologia de crédito em grupo, "o Grameen Bank formava grupos de cinco elementos e submetia os membros de vários grupos a um curso com duração de duas semanas, leccionado até cada meio período diário, isto com objectivo de transmitir princípios e comportamentos que devem ser observados com o microcrédito<sup>4</sup>.

Após esta formação, de acordo com o desempenho de cada grupo é seleccionado um grupo, e o empréstimo era concedido a um elemento do grupo e os outros aguardavam o reembolso para serem abrangidos.

---

<sup>3</sup> a distancia social refere-se ao espaço que se cria entre a instituição e o publico devido a questões de luxo da instituição que cria um receio ao cliente que não esta habituado a entra em locais dessa natureza

<sup>4</sup> microcrédito na óptica do Grammen Bank representa um empréstimo sem avalista.

## *Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Como a concessão do crédito a outros elementos do grupo era baseado no reembolso do anterior, então havia uma pressão dentro do grupo para a liquidação da dívida, esta que era feita em prestações semanais”(Santos et all, 2001:176).

Esta experiência do Grameen Bank foi-se expandindo internacionalmente e foram surgindo instituições de Microfinanças com diferentes modalidades na prestação de serviços financeiros as camadas vulneráveis.

### **METODOLOGIA**

Para a elaboração do trabalho, e tendo em vista o alcance dos objectivos definidos irei recorrer a uma pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas a personalidades competentes na matéria como directores financeiros e gestores das instituições de Microfinanças, artigos da Internet que tratem do assunto abordando estudos de casos.

Para fazer a análise pretendo fazer uso do método descritivo para apresentar aspectos históricos, comparativo para mostrar a diferença das IMF's com a Banca Tradicional e em alguns pontos do trabalho usarei um método estatístico por meio de demonstrações numéricas de forma a sustentar os meus argumentos.

Para efeito de análise do contributo das instituições de Microfinanças na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique, recoreu-se a uma escolha de quatro instituições, de acordo com sua posição concorrencial no mercado microfinanceiro.

Assim as instituições seleccionadas foram neste caso a Procredit, Tchuma CPC, Socremo e a UGC- CPC Cooperativa de Poupança e crédito . Esta selecção, é resultado das dificuldades em obter dados de todas as instituições de Microfinanças presentes em Moçambique.

### **LIMITAÇÕES AO ÂMBITO DO TRABALHO**

O presente trabalho não pretende esgotar toda temática em volta do sector microfinanceiro em Moçambique. O que se pretende é, com recurso a metodologia

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

adoptada focalizar aspectos do âmbito microfinanceiro que conduzam ao alcance dos objectivos primordialmente estabelecidos.

Para levar acabo a pesquisa, houve necessidade de adaptação a diversos obstáculos de natureza burocrática para obtenção de dados referentes as demonstrações financeiras das Instituições de Microfinanças. Facto este, que culminou com a escolha de apenas quatro instituições a Procredit, Tchuma CPC, Socremo e a UGC- CPC Cooperativa de Poupança e crédito

Porém mesmo com esta escolha verificou-se a falta de dados dos anos iniciais do exercício da actividade financeira da Procredit, número e volume de depósitos e créditos do Tchuma.

## CAPITULO II

### MICROFINANÇAS EM MOÇAMBIQUE

#### EVOLUÇÃO

As primeiras iniciativas de Microfinanças em Moçambique foram resultantes de programas de ONG's, que introduziram as Microfinanças como parte integrante de programas integrados rumo ao desenvolvimento económico, levados a cabo no âmbito da ajuda mútua para situações de emergência.

Estes programas criavam linhas de crédito para a população de baixo rendimento, tida como beneficiária, com o objectivo de ajudá-la a melhorar o seu nível de vida e em simultâneo promover determinadas actividades económicas.

Este crédito era fornecido, igualmente a população que fosse assolada por guerras, calamidades naturais como cheias, secas e outros, isto como forma de apoiar no relançamento da sua actividade produtiva.

Nesta fase da actividade micro financeira, uma das iniciativas levadas a cabo foi a "criação em 1989 do Fundo de Crédito para Empresas Urbanas , implantado como uma das componentes do Programa de Reabilitação Urbana(PRU) do Banco Mundial

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

a responsabilidade do Gabinete de Promoção do Emprego, do Ministério de Trabalho. Este programa disponibilizou pequenos empréstimos para a variedade de actividades urbanas como restaurantes, bares, carpinteiros e outros” ( DeVletter, 2006: 3)

O que acontecia neste período da actividade micro financeira é que o crédito era dependente de ONG's tendo como alvo beneficiários e não clientes, para além de que os métodos de selecção não eram claros.

Estes factos referidos anteriormente aliados ao fraco nível de reembolso, resultante de as populações se verem no direito de usufruir deste crédito sem ter que reembolsar, alegando que não estando o dono por perto e sendo o governo responsável de gerir, então é sua obrigação ajudar o Povo, levaram ao fracasso destes programas.

Assim, mesmo tendo tido um papel crucial para o surgimento do sector microfinanceiro em Moçambique, as ONG's enfrentaram sérios problemas de falta de reembolso o que tornou-lhes incapazes de fazer face as mudanças para uma abordagem comercial do sector microfinanceiro que com o tempo tornou-se cada vez mais competitivo.

Neste novo modelo concorrencial de Microfinanças orientado ao mercado, resultante da consciência de que é possível prestar serviços financeiros a população de baixo rendimento, o alvo deixa de ser o beneficiário por situações de emergência, mas sim um agente económico capaz de reembolsar o crédito que lhe é concedido.

**ENQUADRAMENTO LEGAL DAS MICROFINANÇAS EM MOÇAMBIQUE**

O primeiro traço de enquadramento legal das Microfinanças em Moçambique foi através do Programa de Microfinanças, segundo a resolução 3/98 de 24 de Fevereiro do conselho de Ministros.

Posteriormente, durante o seu desenvolvimento a actividade de Microfinanças esteve sujeita a um quadro regulador, que numa primeira dimensão tratava das Microfinanças autorizadas a captar depósitos e noutra regulava as IMF's autorizadas apenas a conceder crédito.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Para as instituições de Microfinanças autorizadas a captar depósitos a lei 9/2004 é que definia os termos a serem cumpridos pelas instituições pertencentes a este grupo. “Esta lei resulta da revisão da lei 15/99 - Lei das instituições de crédito e sociedades financeiras, na lei 9/2004 faz-se pela primeira vez menção explícita a Microfinanças, indicando a sua noção legal integrada na definição de micro banco”(Pinto, 2007:3).

Para o caso das instituições não autorizadas a captar depósitos do público o decreto 47/98 de 22 de Setembro e o aviso 1/GGBM/99 é que apresenta as regras a serem cumpridas por estas instituições.

O decreto 47/98 é referente ao exercício de funções de crédito por pessoas singulares e colectivas excepto sociedades comerciais, e fixa o capital mínimo a afectar no exercício de funções de crédito a Microfinanças como sendo de 50.000,00MT.

O aviso 01/GGBM/99 regula a actividade de microcrédito visando criar um quadro regulador para o desenvolvimento da indústria micro financeira no país. Segundo este aviso é reservado ao Banco de Moçambique o direito de fixar as taxas de juro, capital mínimo para abertura e limites de crédito que as entidades devem respeitar para levar a cabo a actividade micro financeira.

Com as tendências actuais de desenvolvimento e os desafios que se colocam num mercado cada vez mais competitivo, resultante da proeminência de instituições de Microfinanças foi aprovado recentemente, em finais de 2004 o Regulamento de Microfinanças (RMF's) e foi feita a revisão da lei das instituições de crédito e sociedades financeiras.

Posteriormente foi aprovado o regulamento de Microfinanças, através do decreto 57/2004 de 10 de Fevereiro, o qual regula a actividade de todos operadores de Microfinanças. com excepção dos bancos que operam neste sector seja como actividade principal ou complementar.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Isto porque pela natureza do seu capital mínimo, os bancos comerciais ainda são pertencentes ao regulamento da banca regido pela lei das instituições de crédito e sociedades financeiras aprovado pelo decreto 56/2004 de 10 de Fevereiro<sup>5</sup>.

Desta forma foram surgindo várias instituições de Microfinanças, que de acordo com a natureza de serviços e devido a necessidade de licenciamento e fiscalização, o RMF's<sup>6</sup>, sujeita as instituições de crédito a dois tipos de acompanhamento:

- “Supervisão Prudencial, aquela que se centra na fiscalização e acompanhamento pelo Banco de Moçambique ou outra entidade agindo em seu nome, do cumprimento de normas de natureza Prudencial, nomeadamente sobre rácio de solvabilidade, reservas obrigatórias e limites de risco, entre outros, tendo em vista quer a protecção do sistema financeiro como um todo, quer a segurança dos fundos do público em cada instituição.
  
- Monitorização que é o mero acompanhamento, pelo BM ou outra entidade agindo em seu nome, da prestação de serviços financeiros por operadores de Microfinanças que não sejam instituições de crédito nem sociedades financeiras, focalizado na recepção de informação de carácter geral e periodicidade normalmente dilatada sobre os serviços financeiros por eles prestados nomeadamente para fins estatísticos, tendo em vista o seguimento da actividade financeira por eles desenvolvida”( Banco de Moçambique, 2006: 4 ).

Dos operadores de Microfinanças sujeitos a autorização e supervisão Prudencial encontram-se os “Micro bancos que são instituições de crédito introduzida pela lei

---

<sup>5</sup> Banco de Moçambique, *Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras: lei numero 15/99 de 1 de Novembro actualizada pela lei numero 9/2004 de 21 de Julho*

<sup>6</sup> ao abrigo do decreto 57/98 de 10 de Setembro, publicado pelo Banco de Moçambique,

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

número 9/2004 e subdividem-se em<sup>7</sup> caixa económica, caixa de poupança postal, caixa financeira rural, caixa de poupança e crédito e as *Cooperativas<sup>8</sup> de crédito* (Ver Anexo 2, ponto operadores sujeitos a supervisão Prudencial). Dos operadores sujeitos a monitorização encontram-se a organização de poupança e crédito, operadores de micro crédito, intermediários de captação de poupança (Ver Anexo 2, ponto operadores sujeitos a monitorização)

As razões que ditam a necessidade de regulamentar e supervisionar as Microfinanças em Moçambique, assentam no facto desta indústria ter conhecido uma evolução que suscita a institucionalização de regras a observar pelas instituições de Microfinanças, mostrando-se a supervisão crucial na tarefa de verificação e acompanhamento a conformidade das regras definidas visando:

- “desenvolver uma indústria microfinanceira como parte integrante do sistema financeiro e não como um sector marginal;
- proteger os interesses dos clientes;
- garantir a estabilidade e confiança ao sistema financeiro bancário;
- reduzir os riscos de escassez de liquidez e de corrupção;
- garantir que as instituições mantenham um nível de reembolso alto e uma baixa taxa de delinquência” (Governo de Moçambique, 2007:20).

Entretanto é de crucial importância o estabelecimento de um sistema regulador e de supervisão operacional, onde haja responsabilização clara dos intervenientes no mercado microfinanceiro.

### MODALIDADES DE CRÉDITO

O fornecimento de crédito pelas instituições de Microfinanças é feito com recurso a duas metodologias de crédito respectivamente:

---

<sup>7</sup> segundo o BM decreto 57/98, 2006 : 4)

<sup>8</sup> Cooperativa é um modelo de organização da vida económica que satisfaz as instâncias de salvaguarda das relações sociais e de manutenção dos laços de solidariedade.

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

- *Crédito em grupo ou solidário*, esta forma de concessão do crédito não usa garantias e implica a constituição de grupos cujo o número depende de cada instituição.

Os grupos constituídos são sujeitos a uma formação durante um período curto, posteriormente é seleccionado um grupo de acordo com o desempenho deste. Após a concessão do crédito para os membros do grupo, o grupo é responsável pelo reembolso havendo por isso pressão e ajuda mútua entre os membros para o reembolso do crédito, o que justifica o vulgo nome de *crédito solidário*.

Nesta modalidade de crédito há uma transferência de responsabilidades do Banco para o grupo, pois o monitoramento é feito dentro do grupo de forma a influenciar sobre o comportamento dos membros do grupo, o que é feito com base em reuniões semanais em que cada elemento expõe o seu ponto de situação.

Apesar de esta modalidade reduzir as assimetrias de informação, pois os membros do grupo se conhecem o monitoramento feito dentro do grupo, esta metodologia de crédito apresenta como desvantagens os custos não monetários com reuniões semanais assumidas pelo custo de oportunidade da presença nestas reuniões.

Por outro apresenta a vantagem de conceder crédito a pessoas sem garantias Materiais, podendo-se assim atender a pessoas desfavorecidas, desprovidas de Bens que possam apresentar como garantia, para fazer face ao problema de assimetria de informação.

- *Crédito individual*, esta metodologia permite adaptar os volumes, prazos e garantias as necessidades e possibilidades de cada cliente. A concessão do crédito é decidida através de uma análise cuidadosa do fluxo de caixa, dívidas e bens do requerente.

Constatada a capacidade de reembolso do cliente o crédito, o prazo e regularidade das prestações poderá ser adequado ao fluxo de caixa do requerente. Referir ainda que as amortizações do empréstimo devem ocorrer independentemente deste ter tido ou não uma influência positiva para o cliente, pois isso depende da gestão do crédito pelo cliente.

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

Para concessão deste tipo de crédito é levado a cabo um processo de análise que inclui o preenchimento de fichas, entrevista e visitas a casa e ao negócio do futuro cliente. Este procedimento é feito pelo agente de crédito e em caso de atraso de pagamento o cliente é pressionado por este mesmo agente que faz a utilização de todos os mecanismos legais para recuperação do crédito.

### CAPITULO III

#### INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS EM MOÇAMBIQUE

É notável que após o abandono da fase em que as Microfinanças eram parte integrante de programas de ajuda mútua, passando-se a uma fase em que a população de baixa renda reembolsa os créditos, o mercado microfinanceiro foi assolado por uma proeminência de instituições de Microfinanças e de Bancos Comerciais a valorizarem o financiamento a pequenas e médias empresas.

Assim, em Moçambique onde encontram-se um horizonte de dezanove milhões de habitantes, dos quais um horizonte de 997000<sup>9</sup> habitantes estão na capital Maputo, pode-se encontrar nela diversas instituições de Microfinanças. Porém para efeito da análise faz-se menção a 4 grandes instituições: Tchuma CPC, Socremo, Procredit e UGC-CPC.

#### **TCHUMA,CPC**

Esta cooperativa de crédito e poupança estabelecida pelo decreto do conselho de ministros numero 53/98 publicado no BR número 40 I de 13 de Outubro de 1998 foi autorizada para abertura no exercício da actividade de intermediação financeira e outras actividades bancárias permitidas por legislação em vigor no país.

Foi formalizada sua criação por escritura em Março de 1999. Em Abril de 1999 começou a prestação de serviços financeiros a seus sócios com os seguintes objectivos:

---

<sup>9</sup> Retirado do Fion De Vletter, 2006 relatório síntese sobre o mercado microfinanceiro em Maputo, Moçambique, caso do Novobanco, Tchuma e Socremo.

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

- Promover através de crédito o desenvolvimento de pequenos negócios por pessoas que não tem acesso a empréstimos nos Bancos comerciais;
- Prestar serviços de poupança para clubes funerários e outras agremiações e pessoas singulares associadas ao Tchuma;
- Desenvolvimento de outros serviços que são do interesse dos sócios.

A actividade da instituição consiste na concessão de pequenos créditos aos sócios que desenvolvem uma pequena actividade de geração de rendimento, e seus principais clientes são:

- Assalariados
- Vendedores de mercado
- Pequenos negociantes
- Criadores avícolas
- Pequenos barraqueiros

Esta instituição tem a sua sede em Maputo e é gerido por conselho de administração eleito pelos sócios e oferece *créditos individuais* mediante uma garantia real ou salário do avalista e também *créditos em grupo* composto por 4 a 6 membros com negócios individuais e que se conhecem bem.

Nestes créditos em grupo a garantia é a solidariedade de uns com os outros , pois se um não paga os outros tem a obrigação de fazê-lo.

A instituição concede créditos comerciais, que pode ser individual ou em grupo e para tal cobra uma taxa de 5% por mês e crédito ao consumo cuja taxa é de 3% p.m se tiver um período de amortização de 1 ano no máximo e para períodos superiores a um ano a taxa é de 3.5%(valores relativos a Março de 2008).

Para além da solidariedade no empréstimo em grupo paga-se 10% do valor concedido a cada membro para servir de garantia até a dívida ser amortizada na totalidade, e após a liquidação da dívida cumprindo o plano de amortização a instituição paga juros

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

de 10% sobre a garantia constituída, e de seguida pode-se pedir um novo empréstimo que será avaliado através do historial de pagamento do mutuário.

Portanto, é notável que mesmo no empréstimo solidário são exigidas garantias aos mutuários, este facto que relaciona-se com o problema de assimetria de informação, pois as IMF's mesmo tendo o objectivo de ajudar as populações carenciadas procuram minimizar a delinquência, e a conseqüente deterioração da sua carteira de crédito.

Com relação aos procedimentos para o crédito em grupo a instituição exige que cada membro preencha um impresso com seus dados pessoais e um impresso de pedido em grupo, a instituição faz uma visita a residência de cada membro visando apurar o risco do crédito. Posteriormente elabora um relatório de visita e decide sobre o crédito para por último, assinar-se o contrato com os mutuários. Neste contrato assinado por ambas as partes vem explicito a forma de amortização e prazos

Para o crédito individual, os procedimentos exigem que o mutuário preencha um impresso de pedido de crédito com seus dados pessoais e uma ficha de crédito com dados pessoais, do crédito solicitado e garantias.

Em termos de garantias, a instituição exige garantias reais com valor maior ou igual as despesas com o crédito solicitado e, para apurar o valor o gestor efectua uma visita a residência do cliente afim de fazer o levantamento de bens, o que culmina com a elaboração de um relatório de visita onde arrola-se as constatações do terreno.

O passo seguinte é a tomada de decisão pelo gestor de crédito e após a aprovação do crédito assina-se um contrato com o cliente e, uma procuração com o mutuário dando a Tchuma plenos poderes para tomar a posse e vender os bens dados em garantia, em caso de incumprimento do compromisso.

Nas duas modalidades de crédito em caso do mutuário pretender renovar o empréstimo os procedimentos são os mesmos e é feita uma adenda ao contrato.

No entanto, pode verificar que para levar a cabo estes procedimentos até a fase de concessão de crédito ao mutuário, a instituição suporta vários custos, isto que torna-se necessário devido ao problema de assimetria de informação.

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

Porém, para minimizar estes custos a instituição transfere uma parte destes para o mutuário, através de pequenas cobranças que faz dos impressos e outros.

No entanto, a tendência destes vários tipos de crédito que a instituição concede, em termos de valor nominal e real<sup>10</sup>(conforme as tabelas 2.1 e 2.2 do Anexo 1) tem vindo a aumentar com o tempo como pode-se verificar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1

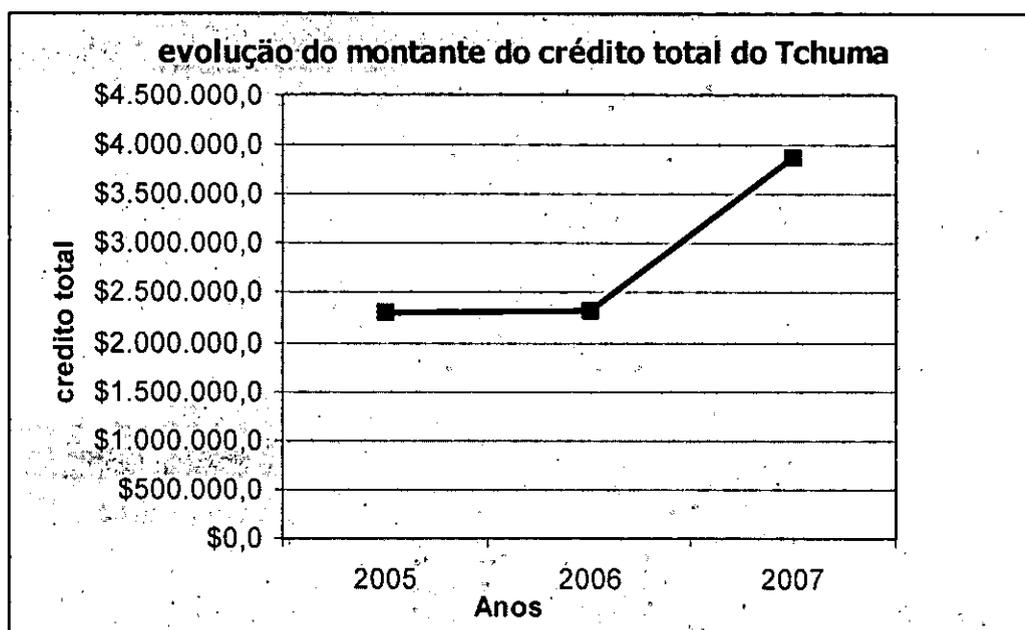


gráfico elaborado com base em dados nominais em USD<sup>11</sup>, retirados dos balancetes Anuais do Tchuma e convertidos ao dólar, apresentados na **tabela número 2.1 disponível no Anexo 1**

O crédito total refere-se ao somatório do crédito individual e do crédito em grupo, ambos que apresentam a mesma tendência como ilustra o gráfico abaixo:

<sup>10</sup> Convertidos de nominais para reais através do valor da inflação média do fim de cada ano disponíveis na tabela 10 do Anexo 1 retiradas do [www.Portaldogoverno.gov.Mz/noticias,outubro/05](http://www.Portaldogoverno.gov.Mz/noticias,outubro/05)

<sup>11</sup> Convertidos para USD através de dados da taxa de câmbio média do fim de ano retirados do boletim estatístico do BM, 2007, disponível em [www.bancomoc.mz/XXXICCBMDiscGovSessaoAberta.pdf](http://www.bancomoc.mz/XXXICCBMDiscGovSessaoAberta.pdf)

GRÁFICO 2

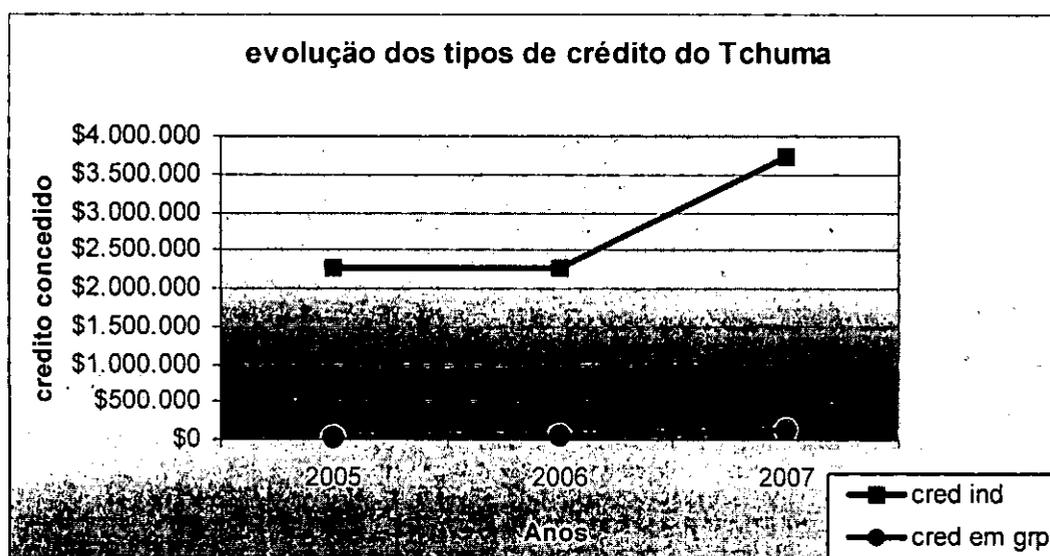


Gráfico elaborado com base em dados nominais em USD retirados dos balancetes anuais do Tchuma, e ilustrados na **tabela 2.1 no Anexo 1**

Esta tendência crescente também verifica-se em termos reais<sup>12</sup>, conforme a **tabela 2.2** disponível no Anexo 1.

## SOCREMO

Em 1992 a agência de assistência técnica alemã, a Deutsche Gesellschaft Fuer Technische Zusammenarbeit – GTZ e o Gabinete de Promoção de Emprego criaram um projecto GPE/GTZ, inicialmente concebido para conceder empréstimo e realizar acções de formação empresarial aos regressados da Alemanha do Leste.

Desde 1992, a GPE/GTZ tem funcionado como um projecto sob os auspícios do Ministério do Trabalho e em 1996 tomou medidas para se registar como instituição de intermediação. Para tal foi necessário, definir uma estrutura institucional, organizacional e accionista para GPE/GTZ bem como, redigir artigos de incorporação e Estatutos.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Em Novembro de 1997, o conselho de Ministros atribuiu a SOCREMO- Sociedade de Crédito de Moçambique um prazo de 90 dias para se registar, porém isto levou ainda mais tempo devido a insuficiência de documentos.

Assim, mesmo tendo se registado em 1998 a Socremo só iniciou as suas actividades em 1999 com os seguintes accionistas GPE, União Geral da Cooperativas e conselho Cristão de Moçambique, sendo coordenada por um conselho de administração que aprova o plano de negócios e as políticas operacionais.

Esta instituição possui como objectivo geral oferecer empréstimos as PME's, singulares actuando como empresários e aos seus titulares em Moçambique. O banco também oferece créditos para habitação e para consumo e os empréstimos são monitorados rigorosamente por forma a garantir o reembolso.

Sempre que possível os créditos devem ser assegurados por garantias que podem ser activos fixos, , móveis ou avalista e o valor destas garantias tangíveis deverá ser suficiente para cobrir o crédito assim como os juros deste.

Os empréstimos subsequentes a determinado cliente dependem em grande medida, do passado de pagamentos deste e estão sujeitos ao princípio de graduação, isto é, os valores de crédito e o período de reembolso aumentarão de forma gradual ao longo do tempo como prémio ao excelente historial de pagamento do cliente.

O grupo alvo desta instituição é formado por pequenos empresários com pelo menos 6 meses de experiência na gestão do mesmo e, que estejam a desenvolver actividades económicas rentáveis, de forma a garantir o reembolso.

Para se obter um empréstimo não empresarial o requerente deve possuir um emprego estável, estando a trabalhar a pelo menos 6 meses na mesma Entidade. Para ter acesso ao crédito o cliente deve preencher um formulário com seus dados pessoais, natureza e localização do negócio. Antes da aprovação do credito será feita uma visita ao cliente pelo técnico de crédito para certificação.

A aprovação do crédito é decidido no comité de crédito da agência e o valor limite depende do desempenho de cada agência.

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

Este comité de crédito é constituído de pelo menos três pessoas que são o gerente da agência/chefe do crédito/coordenador do grupo, gestores de crédito e outros( exemplo juristas).

De um modo geral os requisitos para obtenção do crédito na Socremo são:

**Tabela 1:** procedimentos para obtenção do crédito na Socremo

1	Área de funcionamento	Num raio de 10km da agência
2	Estabilidade	O negócio tem que estar a funcionar no mínimo a 6 meses na altura do pedido e para o caso de ser um trabalhador deve estar a trabalhar a Pelo menos 6 meses numa empresa estável e não deve estar no período probatório.
3	Titularidade	O solicitante de um crédito empresarial deve ser titular de um negócio o solicitante de um crédito não empresarial não deve trabalhar para o seu negócio.
4	Fluxo de caixa regular	O requerente deve poder gerar um fluxo de caixa regular

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

5	Capacidade mínima de pagamento	A capacidade de pagamento do requerente deve justificar o montante Mínimo de crédito da Socremo 131\$
6	Cooperação necessária	O cliente deverá mostrar disponibilidade de dar qualquer informação relacionada com o fluxo de caixa pessoal ou de negócio ao Banco
7	historial de crédito	Cientes frequentes deverão ter um bom historial de pagamento
8	titularidade privada	Os requerentes do crédito deverão ser donos e controladores Maioritários de seus negócios

Tabela retirada do manual de Martin Rohler, 2006, pp2 Manual de política de crédito da Socremo

Em relação as taxas de juro em vigor a partir de Setembro de 2006 dos vários tipos de crédito concedidos pela Socremo, estas variam de 3 a 6.25%<sup>13</sup> (Vide tabelas 4, 5, 5.1 e 6 apresentados no Anexo 1).

Pode-se verificar que para os vários tipos de crédito que a instituição concede com as taxas de juro supracitada a tendência média do empréstimo tem sido crescente como ilustra o gráfico abaixo:

### GRÁFICO 3

<sup>13</sup> de acordo com o memo de 25/08/06 da Socremo

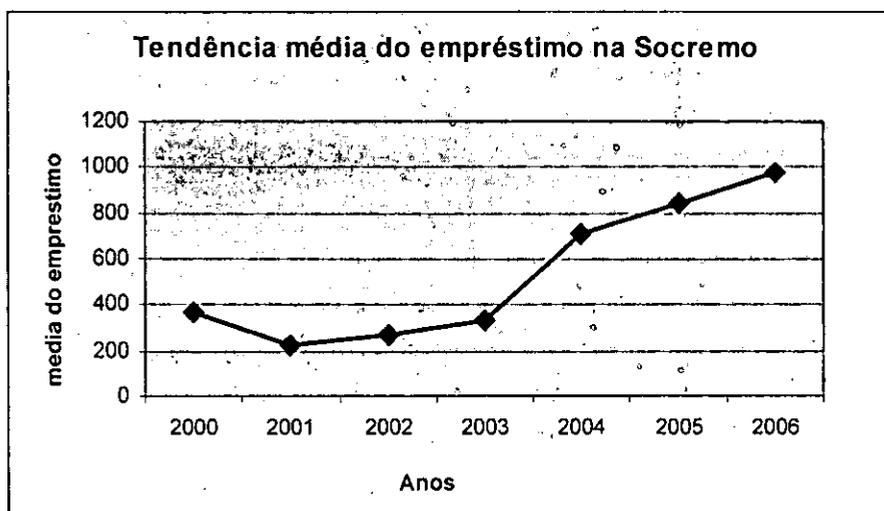


Gráfico elaborado com base em dados retirados do relatório do Mix Market disponível em [www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett) e representados na tabela 1 no Anexo 1, valores em USD

Em termos de depósitos o comportamento destes tem sido crescente tendo a partir de 2001 a mesma tendência dos créditos concedidos, conforme ilustra o gráfico abaixo.

**GRÁFICO 4**

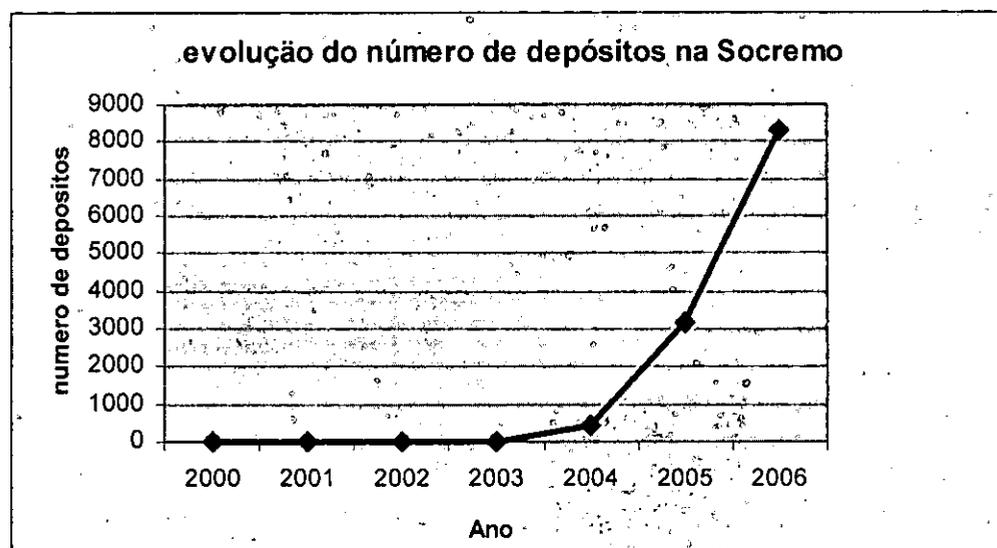


Gráfico elaborado com base em dados retirados do relatório do Mix Market disponível em [www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett) e representados na tabela 1 no Anexo 1.

## **PROCREDIT**

Esta instituição de crédito iniciou as suas actividades com a designação de Novo Banco em Novembro de 2000, como a primeira instituição de Microfinanças comercial com o objectivo social em Moçambique. Foi fundado como banco microfinanceiro e em 2004 registou-se como Banco comercial que visa os micro empresários.

O estabelecimento do NovoBanco tornou o mercado microfinanceiro mais competitivo, sobretudo em Maputo e constituiu um incentivo adicional para as outras instituições desenvolverem e diversificarem mais seus produtos.

O Novo Banco concede crédito residenciais principalmente a trabalhadores assalariados, para reabilitação ou expansão da residência e créditos ao consumidor para clientes que possam utilizar a sua conta de depósito a prazo como garantia.

Em 2001 o NovoBanco introduziu em todas as suas agências contas de depósito a ordem e a prazo, visando incentivar a poupança nos seus clientes, tendo até 2002 terminado este processo. O novo banco dispõe ainda de uma gama mais ampla de produtos e serviços e em 2003 introduziu a transferência de dinheiro pela West Union a nível Nacional e Internacional e em 2004 contas onde se deposita o salário, pagamento de serviços de água e serviços cambiais.

Em 2005 o NovoBanco iniciou as contas com uso de cheques e contas em moeda estrangeira, começou ainda no mesmo ano a exigir a abertura de uma conta corrente gratuitamente como condição prévia para obter um crédito.

Em 2007 o NovoBanco passou a designar-se de Procredit como resultado de instituição ter passado a fazer parte do grupo Procredit, uma instituição de Microfinanças Internacional

“O processo de mudanças não se limitou a mudança de nome» referiu Yann Groeger, director-geral do «NovoBanco». Uma das grandes apostas é a expansão da rede de agências a nível Nacional, como forma de apresentar-se mais próximos do grupo alvo.

De acordo com Groeger o processo de mudança de nome do NovoBanco para

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Procredit não alterou os compromissos que a instituição celebrou com os seus parceiros.

Não houve qualquer alteração de produtos, serviços, estrutura nem contactos do «NovoBanco», explicou. Sobre o ProCredit. A rede ProCredit é formada por accionistas internacionais que incluem a «BIO», «DOEN», «FMO», «IFC» e «KFC» (vide Anexo 2, Quadro de accionistas da Procredit). A estrutura accionista da ProCredit, S.A Moçambique é composta pelo «ProCredit Holding<sup>14</sup>» da Alemanha, com 76%, a «DOEN» da Holanda com 20% e o governo Moçambicano através do Fundo de Fomento de Habitação (FFH) com 4%. Presentemente este grupo opera em outros países como Angola, Ghana, Congo e Serra Leoa em África. Para além de África, este grupo diz estar em outros.

O grupo ProCredit é composto de 22 bancos, que localizam-se em países em desenvolvimento da África, América Latina e Europa Oriental. O principal negócio da instituição é a oferta de crédito formal para as pequenas e muito pequenas empresas. ProCredit Holding não é um Banco. Pelo contrário, é o principal accionista do grupo de 22 bancos. O seu objectivo é fornecer orientação estratégica e de gestão para estes bancos da rede. O seu papel inclui suporte para o refinanciamento, auditoria interna, gestão de riscos, controles, marketing e recursos humanos.

Acima de tudo, ProCredit Holding investe na formação e desenvolvimento profissional do pessoal da ProCredit grupo, uma vez que o sucesso sustentado dos bancos depende da qualidade dos seus trabalhadores. A Formação intensiva tem lugar em Frankfurt. Além disso, um centro especializado de formação, a Academia ProCredit, foi criado na cidade de Fürth im Odenwald perto de Frankfurt para proporcionar formação abrangente para os 22 gerentes de bancos da rede em todo o Mundo”. (Canal de Mocambique,2007<sup>15</sup>).

---

<sup>14</sup> Holding e uma forma de sociedade originada quando uma empresa ao invés de adquirir a totalidade de acções de outra, possui uma parte destas correspondente a metade das acções e, tem o controlo do corpo directivo da subsidiária.(Noções fundamentais de comércio, Munguambe Salomão,1989, Edição número2)

<sup>15</sup>Disponível em: [www.pap.org.mz/downloads/wg\\_reports\\_jr07/sector\\_financeiro\\_rc07.doc](http://www.pap.org.mz/downloads/wg_reports_jr07/sector_financeiro_rc07.doc), acessado a 12/08/2007 às 14horas

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

O grupo ProCredit é visto como líder mundial em empréstimos a pequenas e muito pequenas empresas que anteriormente não tinham acesso ao crédito formal ou que não seriam atraente como clientes principais dos bancos comerciais. A tendência dos empréstimos concedidos tem sido crescente ao longo do tempo como ilustra o gráfico abaixo:

**GRÁFICO 5**

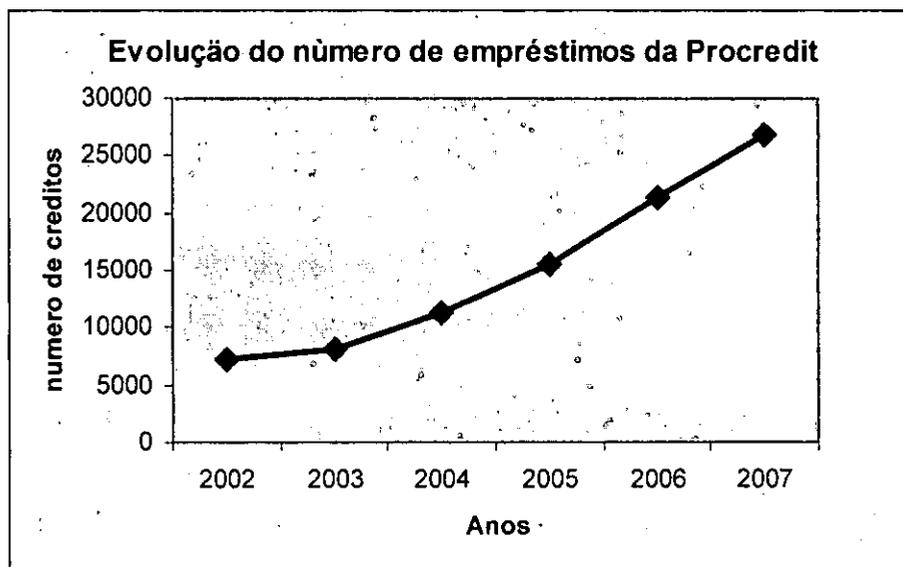
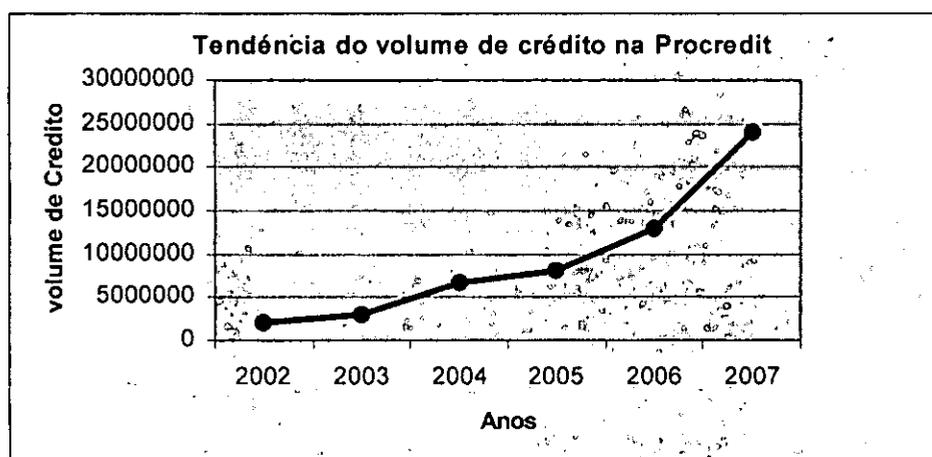


Gráfico elaborado com base em dados do relatório do Mix Market disponível em [www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett) e representados na tabela 3.1 do Anexo 1.

E em termos de volumes estes créditos têm sido crescentes conforme ilustra o abaixo:

**GRÁFICO 6**



*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Gráfico elaborado com base em dados do centro de estatísticas da Procredit em Moçambique apresentados na **tabela 3.1 no Anexo 1, valores nominais em USD.**

O grupo está empenhado em ambos os objectivos sociais e comerciais. Todas as 22 instituições são registadas localmente e regulamentado pela agência local de supervisão bancária. Os bancos desta rede estão também integrados através da holding em um grupo Mundial em que se trocam ideias e experiências e as sinergias são exploradas.

Os depósitos de ProCredit bancos são equivalentes a 86,3%<sup>16</sup> da carteira de empréstimos e estes depósitos e o crédito concedido tem apresentado uma tendência crescente desde o surgimento da instituição como ilustram os gráficos abaixo:

**GRÁFICO 7**

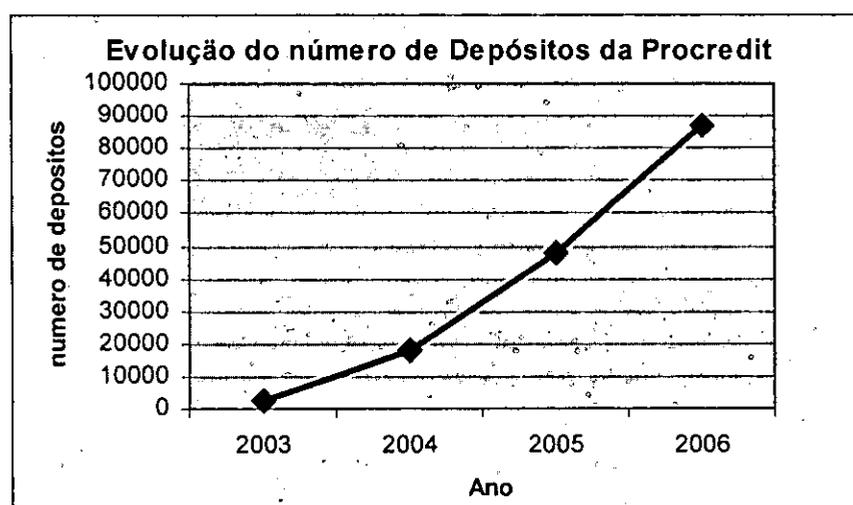


Gráfico elaborado com base em dados do centro de estatísticas da procredit em Moçambique apresentados na **tabela 3.1 no Anexo 1.**

**UGC- CPC Cooperativa de poupança e Crédito**

Esta cooperativa foi resultado de expansão dos serviços prestados pela União Geral das Cooperativas (UGC) que foi criada em 1980 e era composta sobretudo por mulheres desempregadas, com pouca escolaridade e nenhuma capacidade técnica.

<sup>16</sup> disponível no site da ProCredit [www.procredit-holding.com](http://www.procredit-holding.com), acessado a 08/10/07 as 11 horas

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

No início, o objectivo era o de realizar compras de alimentação aos preços de grossista e de procurar receitas suplementares através da venda de produtos agrícolas. Após uma formação organizada pela UGC, os seus membros melhoraram capacidades técnicas, organizacionais, de gestão e conseguiram modificar a sua situação inicial.

Dada a evolução da conjuntura económica produtos agrícolas já não proporcionam acumulação progressiva de excedentes financeiros, assim visando fazer face a esta situação no final dos anos 80, passou-se de uma produção agrícola à produção de aves .

A UGC pode ser descrita como uma *cooperativa* que inclui três sectores: o da produção; a UGC/AD, correspondente ao ramo das actividades de carácter social; a Cooperativa de Poupança e Crédito (CPC), correspondente à cooperativa de poupança e crédito, que trata das operações de crédito para a produção das cooperativas e as iniciativas de financiamento individual (microcrédito).

A UGC é actualmente o maior produtor de frango de Moçambique num sistema completo de produção que começa das capoeiras até ao matadouro. Dando continuidade às acções de formação, a UGC lançou ainda Centros de Saúde (com acesso de não associados) , escolas técnicas, carpintarias, serviço de micro crédito com uma Caixa de Poupança e de Crédito (em 2004), esta que ficou conhecida como UGC-CPC que tem como missão :

- “Fomento de espírito de poupança e associativo no seio das camadas populacionais mais desfavorecidas, garantindo acesso ao crédito bancário;
- Promoção e desenvolvimento da população suburbana nas actividades de produção e comercialização artesanal;
- Contribuição para o alívio da pobreza, elevação dos valores educacionais e empresariais dos desfavorecidos.”( manual de procedimentos da UGC-CPC, 2004 : 1)

A gestão do crédito será exercida e controlada através de um conjunto de normas e procedimentos, para garantir que o crédito fornecido por esta cooperativa conduza ao alcance dos seguintes objectivos:

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

- aliviar a pobreza dos camponeses membros de cooperativas e suas famílias, através da concessão de empréstimo para financiar suas iniciativas empresariais;
- mobilizar poupanças junto dos membros, em condições mutuamente vantajosas;
- oferecer pacotes de serviços financeiros aos clientes de modo a satisfazerem gradualmente as suas necessidades de auto-sustento;
- criar condições de realização plena de auto-emprego;
- Assistir aos membros na escolha de investimentos, que possam assegurar retornos atempados e desejados, tomando em consideração os riscos envolvidos;
- Incentivar os clientes a reinvestirem em negócios ou actividades rentáveis, em coordenação com planos de desenvolvimento locais;
- Oferecer pacotes de treinamento em diversas áreas especializadas;
- Introduzir uma taxa de juro que assegure a rotatividade e capitalização do sistema de crédito;
- Desenvolver a actividade de crédito baseando-se em processos educativos.

A UGC-CPC oferece os seguintes serviços financeiros:

- ❖ Crédito que pode ser em grupo ou individual e do tipo comercial, agrícola, avícola e de consumo;
- ❖ Depósitos por meio de contas correntes que funcionam como uma estratégia para garantir o reembolso do crédito.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

**Crédito agrícola**, este tipo de crédito é concedido a um grupo de 5 a 10 membros pré-formado pelos requerentes consoante a sua proximidade ou residência, no grupo é nomeado um chefe pelos seus membros.

Para obter este crédito é necessário primeiramente preencher o formulário com dados pessoais e o montante pedido, anexar a fotocópia de BI e pagar o preparo<sup>17</sup> que são 25 MT. Segundo após o pedido estar na mão do gestor do crédito alocado a essa zona este convoca o grupo e submete-lhes a uma formação sobre como gerir o crédito, isto durante 2 dias no período das 8h as 12h.

Terminada a formação no dia seguinte, isto é no terceiro dia o gestor vai visitar a machamba em causa para apurar os riscos deste crédito. Terceiro o gestor formador do grupo convoca o comité de crédito para uma reunião onde decide-se sobre o crédito, e para tal o gestor apresenta o relatório final com sua opinião sobre o crédito e o comité decide após uma série de perguntas ao gestor por forma a que este sustente a sua posição.

No quarto passo marca-se um encontro com os requerentes para a celebração do contrato e desembolso do valor e nesta altura o grupo paga 100MT referente a jóia<sup>18</sup> para ser membro da associação.

**Crédito avícola em grupo**, este tipo de crédito é concedido a associação de avicultores de Moçambique, tem um período de deferimento de 2 meses e como primeiro passo para obter o crédito, a associação envia um dos seus colaboradores responsável do crédito na UGC-CPC para ir lá buscar formulários que depois são distribuídos e preenchidos pelos membros do grupo formado na associação.

Segundo a associação manda de volta os formulários já preenchidos com anexo de cópia do BI de cada membro do grupo, um projecto elaborado pela associação, bem como a quantia de preparos referente ao grupo.

---

<sup>17</sup>o valor do preparo é para fazer face aos custos inerentes ao formulário e ao transporte do oficial do crédito para a residência do requerente caso haja necessidade.

<sup>18</sup> o valor da jóia é para poder ser membro da instituição, pois segundo o regulamento do Banco de Moçambique uma cooperativa só pode conceder crédito a seus membros.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Terceiro se um dos elementos do grupo estiver a usar pela primeira vez os serviços da UGC então o gestor encarregue do caso faz uma visita a casa do requerente para fazer o levantamento dos bens que servirão de garantia e verificar as condições das capoeiras que serão usadas para criação.

No quarto passo o gestor troca ideias com um outro oficial de crédito e juntos decidem sobre o crédito, não sendo necessário neste caso convocar o comité, pois a associação já vem ligada a UGC a muito tempo, havendo entre estes confiança. No quinto passo convoca-se o grupo e informa-se sobre a decisão tomada e assina-se o contrato, onde já vem clarificado os mecanismos de amortização do empréstimo.

**Crédito avícola individual, crédito ao consumo e crédito comercial:** para adquirir cada um destes créditos o requerente deve primeiro preencher o formulário com seus dados pessoais e a quantia do pedido, anexar a fotocópia do seu BI e de seu cônjuge e pagar o preparo. Segundo entrega-se ao gestor que analisa o negócio, isto se for crédito avícola individual e crédito comercial, dado que neste é necessário que o gestor vai avaliar os bens destes requerentes para servirem de garantia.

No caso do crédito ao consumo, o qual é usado para a compra de bens duráveis como electrodomésticos e mobiliário, o gestor consoante a sua apreciação do caso pode apenas analisar a cotação comparando com os preços de mercado, ou em alguns casos de dúvida ele pode visitar a casa do cliente para esclarecer suas dúvidas.

No terceiro passo após reunir a documentação o gestor convoca o comité para apresentar as suas constatações de campo e dar o seu parecer, que deve ser defendido pelas suas respostas as perguntas que lhe são colocadas. Ainda nesta fase decide-se sobre o crédito e por fim é marcado um encontro com o requerente para celebração do contrato se for o caso e pagamento da jóia pelo Requerente.

De um modo geral, o uso dos serviços de crédito desta instituição tem sido significativo, atendendo que o número concedido de vários tipos de crédito no conjunto, tem apresentado uma tendência crescente conforme ilustra o gráfico abaixo:

GRAFICO 8

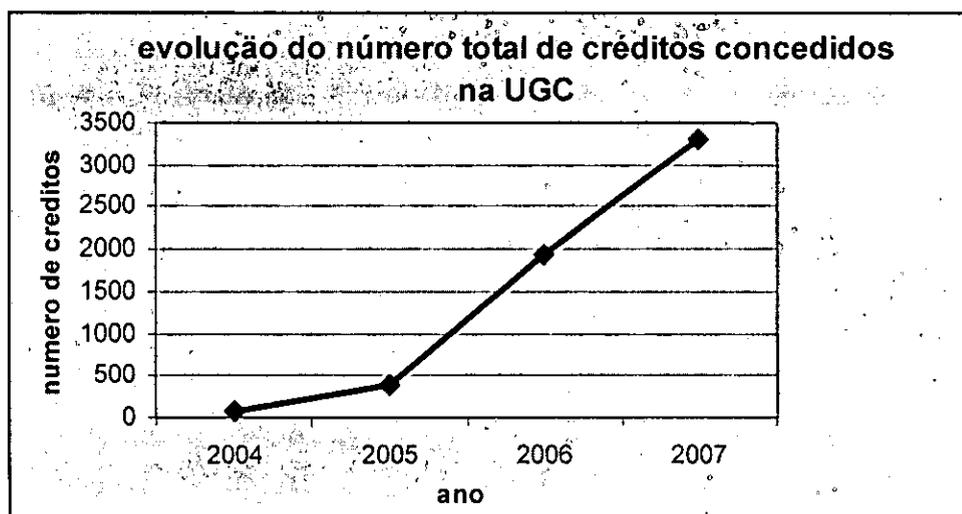


gráfico elaborado com base em dados retirados do centro de estatísticas da UGC-CPC apresentados nas tabelas 11,12,13,14 e 15 no Anexo 1

Porém, ao analisar-se cada um dos tipos de crédito concedido em termos de número e montante, conforme ilustram as tabelas 11,12,13 e 14 disponíveis no Anexo 1, referentes a valores nominais em MT e as tabelas 15 referente a valores nominais em USD e a tabela 15.1 referente a valores reais em USD, pode-se notar que do total do crédito concedido anualmente a maior percentagem é referente ao crédito comercial.

A razão disto encontra-se na tendência actual do custo de vida e do mercado de trabalho em Moçambique que reflecte-se na procura por microcrédito para iniciar um negócio. Esta tendência, conduz ao consequente desenvolvimento de actividades no sector informal, sobretudo em zonas urbanas onde vive a maior parte da população.

#### Contas de depósito

Na UGC-CPC quando é aprovado um pedido de crédito é criada uma conta de depósito corrente para o mutuário, esta que em termos de requisito para a sua formação usa a fotocópia do BI e comprovativo de residência. Estes elementos que foram solicitados no pedido do crédito.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Deve-se também, preencher uma ficha de assinaturas, onde aparece as condições de movimentação e as obrigações do mutuário e uma ficha de inscrição com dados pessoais.

Esta conta é para ser usada no acto do desembolso do crédito, pois após a aprovação e assinatura do contrato com o mutuário a cooperativa faz a canalização do valor para a conta criada para este cliente, isto se for um pagamento em numerário, este que é feito quando a quantia é inferior a 5000MT, e no caso do pagamento por cheque é feito o crédito nesta conta e quando o mutuário levanta o valor a conta é debitada.

Esta conta também é usada para controlar o plano de amortização do mutuário e o período de mora, de forma a garantir o reembolso do crédito, pois quando chega o dia do pagamento de uma das prestações do empréstimo na cooperativa o sistema informático debita a conta do mutuário retirando o valor da prestação que já terá sido depositada pelo mutuário.

Quando o mutuário termina a amortização do empréstimo, e pretende renovar o empréstimo, o Extracto da sua conta, que é onde estão os pagamentos das prestações bem como as datas, serve de indicação para avaliar a forma como este honra com seus compromissos de pagamentos, isto que exerce um papel crucial na decisão do comité para a concessão do novo empréstimo.

Para os casos em que o mutuário não pretende obter um novo crédito, este é livre de manter a conta ou não e, não se cobra nada pela manutenção da conta e sequer remunera-se juros.

Em termos de tendência estes depósitos condicionantes a obtenção de crédito apresentam a mesma tendência crescente do crédito nesta instituição, como ilustra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 9

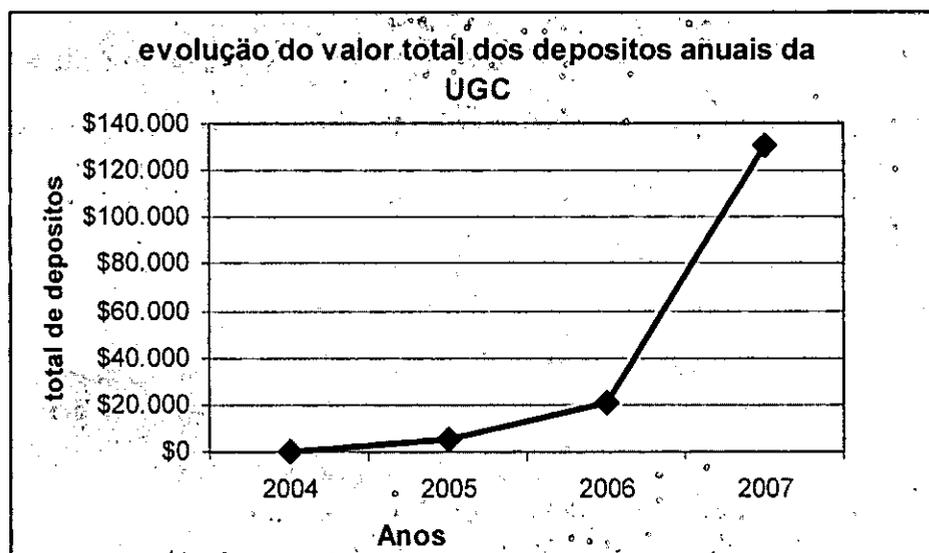


Gráfico elaborado com base em dados retirados do centro de estatísticas da UGC-CPC ilustrados na tabela 15 disponível no Anexo 1, valores nominais em USD

### CONDIÇÕES GERAIS APLICADAS NA UGC – CPC

Nos procedimentos internos para obtenção do crédito na UGC verifica-se que:

- O tempo de aprovação do empréstimo depende de aspectos como: as características de cada cliente, pois cada cliente é um caso tendo suas especificidades o que exige um tratamento individual; a disponibilidade do gestor alocado a essa zona; e os documentos exigidos podem consoante a natureza do cliente ultrapassar os estipulados na guia;
- No crédito em grupo a responsabilidade é de cada membro, devendo este reembolsar o crédito por ele solicitado, pois o grupo é apenas uma forma de organização para haver pressão entre os membros para honrarem com suas responsabilidades;
- O valor mínimo de crédito concedido é de 1000MT e o valor do empréstimo é concedidos de uma só vez através da emissão do cheque para valores acima de 5000 MT e em numerário para valores abaixo deste;

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

- A periodicidade das amortizações é adequada as capacidades do cliente sem prejudicar a actividade da cooperativa;
- O juro incide sobre o capital em dívida e para crédito comercial é de 36% p.a, crédito agrícola 15% p.a, crédito avícola 24% e crédito ao consumo 36% p.a.
- Em caso de mora deverá ser pago uma taxa de juro de 2% sobre o valor do empréstimo;
- Em todos os créditos, com excepção do crédito agrícola em grupo o requerente deve apresentar garantias que possam cobrir o risco do crédito e estas devem estar avaliadas acima do valor do crédito solicitado.

Portanto para as categorias de crédito que usam garantias a falta de reembolso remete a confiscação dos bens que serviram de garantia, e é dado ao cliente um período de cinco dias para pagar e recuperar os bens, caso contrário a cooperativa toma a seu poder os bens. Porém a UGC-CPC não aceita como garantia hipotecas das casas dos requerentes dado a missão social desta cooperativa.

**CAPITULO IV: CONTRIBUTO DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS  
NO FORNECIMENTO DE CRÉDITO**

As instituições de Microfinanças acima abordadas têm histórias muito diferentes, tanto a Socremo como o Tchuma foram precedidas por projectos, enquanto a Procredit foi lançado como um banco microfinanceiro.

A Socremo e ProCredit, tem a estrutura de apoio e de propriedade mais vasta e sólida do que no caso da Tchuma, a qual está actualmente a estudar a sua transformação em banco para atrair mais investidores. A Tchuma, está orientada para a pobreza e, é a única IMF que não foi lançada por uma agência externa e esforça-se por encontrar um equilíbrio entre a sustentabilidade e a redução da pobreza através do alcance de clientes mais pobres.

A ProCredit e a Socremo têm uma abordagem mais comercial e visam aumentar a amplitude do alcance, com a inclusão também da concessão de créditos às PME's.

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

A UGC-CPC está orientada essencialmente ao segmento populacional desfavorecido financeiramente e associa a concessão de crédito ao desenvolvimento de actividades agro-pecuárias.

A Procredit é a IMF cuja sua constituição tornou o mercado microfinanceiro em Maputo mais concorrencial e, constituiu um incentivo adicional para que as outras IMF's desenvolvessem e diversificassem mais os seus produtos.

As quatro IMF's proporcionam créditos individuais. A Tchuma e a UGC-CPC concedem igualmente créditos a grupos solidários. A gama de produtos oferecidos pela ProCredit, e cada vez mais a da Socremo, são mais amplas em relação à da Tchuma. A Socremo e a Procredit concorrem entre si para um segmento específico do mercado dos créditos.

Constatou-se nas quatro instituições analisadas que não existe um domínio suficiente do sistema informático usado, e estas limitam-se a depender da assistência técnica estrangeira, para além de que entre estas instituições não existe um sistema informático uniformizado e integrado que permita a troca de informação entre os vários operadores, por forma a identificar os maus riscos de crédito e reduzir problemas de risco moral e selecção adversa.

Notou-se ainda que nas IMF's analisadas não existe um enfoque em mecanismos para Desenvolver metodologias que incentivem a poupança.

Em termos de aspectos gerais para o acesso ao Micro-Créditos nas quatro instituições encontram-se:

**Tabela 2:** comparação dos procedimentos para obtenção de crédito nas instituições

IMF's	PROCREDIT	TCHUMA, SCRL	SOCREMO	UGC-CPC
montante	Mínimo 110 USD	Mínimo 65\$ máximo do Primeiro crédito indivi	Mínimo 131\$	Mínimo 45\$

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

		Dual e em grupo 218\$		
<b>prazos</b>	Máximo 24 meses, e Prestações fixas semanais, Quinzenais e mensais	Crédito em grupo 6M Crédito individual 12M Prestações mensais	Máximo 12 meses Prestações fixas Semanais, mensais E quinzenais	Depende do valor, Prestação fixa mensal
<b>taxa de juro</b>	5,9 a 4,8%p.m saldo decrecente	5% CR em grupo e 3% CR individual Ambas são taxas mensais	5,5 a 6,25% p.m para saldo decrecente	CR comercial e Ao consumo 36% Anual. CR avícola 24%p.a, crédito agrícola 15% p.a
	<b>outras taxas</b>	Taxa de compromisso de 2% do valor do crédito	4 USD para ser mem bro da cooperativa	Taxa de 100MT Para ser membro Da cooperativa E 2% do credito <u>Para caso de mora</u> <sup>19</sup>
<b>garantias</b>	Cobertura de 120% Bens domésticos, inventário, activos	Cobertura de 125%, que pode ser reduzida para 100%	Cobertura de 120%, pode ser reduzida nos bons clientes.	Cobertura de acima , de 100% do empréstimo e

<sup>19</sup> Taxa inerente ao atraso de pagamento das prestações na data vigente no contrato

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

empresariais fixos e/ou fiador pessoa. Os bens podem ser variados. O salário apenas no caso do empregador assinar para pagar as prestações	para os bons clientes Bens domésticos e/ou fiador. Os bens podem ser variados. Como alternativa, salários mensais	Bens domésticos, inventário, activos empresariais fixos, fiador pessoal. Os bens podem ser variados.	pode ser reduzida se for um bom cliente, inventario.
em mora	que representem	depósito a prazo fixo	
	300% da prestação mensal. E também Um depósito a prazo	pode ser empregue como garantia.	

Tabela elaborada com base no manual de procedimento da UGC-CPC ( 2004) e no estudo sobre o sector microfinanceiro em Moçambique em Maputo, oferta, procura e impacto: caso do Novobanco, Socremo e Tchuma, Dezembro de 2006, pp 27

Estes requisitos das IMF's podem ser comparados aos da Banca tradicional para elucidar a diferença entre estas instituições e assim responder a um dos objectivos específicos do trabalho, e para tal apresenta-se a tabela abaixo:

**Tabela 3:** Requisitos para obtenção do CR na banca Tradicional, exemplo BIM

Montante min	O valor mínimo para crédito é de 1.500, para o crédito nova vida, e de 10.000 para outro tipo de crédito
prazo	O prazo de pagamento e de 6 meses no mínimo e de 1 ano no máximo para o crédito nova vida e um período de 5 anos no máximo para qualquer outro tipo de crédito

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

taxa de juro	Para o caso do credito nova vida a taxa é de 24% p.a, e para o outros tipos de crédito é de 26,75% p.a
outras taxas	Para os casos de atraso de pagamento a taxa de mora é de 4% sobre o valor da prestação
garantias	Livrança subscrita pelo cliente, documentos contabilísticos como relatórios de auditoria, declaração de rendimento e outras conforme o caso

Tabela elaborada com base em dados retirados de documentos de informativos disponíveis nos balcões do BIM

Assim pela leitura das duas tabelas pode-se verificar que em termos de requisitos referentes a montantes mínimos, prazos e garantias, a banca tradicional não permite o uso de seus serviços por agentes económicos de baixa renda.

No entanto, as Microfinanças em Moçambique vieram provar através de uma nova *metodologia* acente em pequenas transacções e garantias precárias, que é possível fornecer serviços financeiros as populações de baixo rendimento, para reduzir as assimetrias no acesso ao crédito, dando-se as estas populações uma oportunidade de usarem o seu próprio trabalho e desenvolver uma capacidade empreendedora, por forma a melhorar o seu nível de vida e de seus dependentes.

Com o auto-emprego a população de baixo rendimento consegue obter um rendimento mensal, que lhe permite melhorar a sua dieta alimentar, e a acumulação destes rendimentos abre-lhes ainda uma oportunidade de se tornarem micro empresários.

Dado que as IMF's em termos de requisitos reúnem condições que permitem as populações carenciadas dispor de serviços financeiros, interessa agora verificar se estas instituições estão a criar um impacto considerável na redução de assimetrias no acesso ao crédito e responder assim ao objectivo geral da pesquisa.

No entanto para fazer uma análise do impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito das instituições definidas como alvo desta pesquisa, recorreu-se ao número

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

de clientes abrangidos e constatou-se que estas estão a abarcar um número cada vez crescente de populações a nível de Moçambique, estando por isso a reduzir até certo ponto( isto porque o impacto é apenas onde se instalam) a diferença de oportunidades no acesso ao crédito no seio da população moçambicana.

Esta tendência crescente do número de clientes é visível no gráfico abaixo:

**GRAFICO 10** : que apresenta a tendência do número de clientes das IMF'S e retrata que desde o surgimento destas instituições até 2007, estas tem servido a um número cada vez crescente de populações.

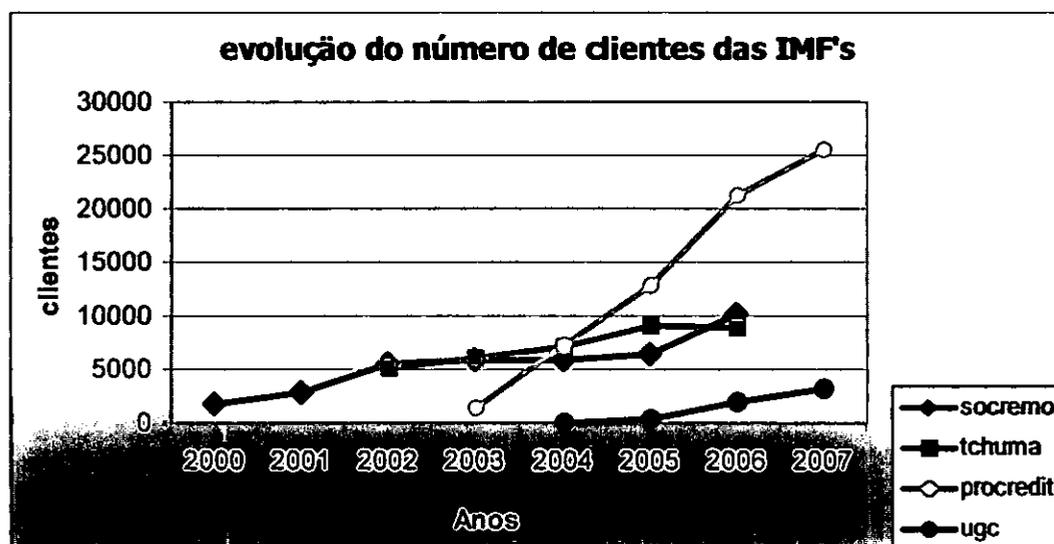


Gráfico elaborado com base em dados retirado do [www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett) e do centro de estatística da UGC disponível no Anexo1 tabela 1, 2, 3 e 17.

Pela leitura do gráfico, nota-se que todas as IMF's apresentam uma tendência crescente de numero de clientes e a ProCredit possui os números mais elevados de clientes.

Referir ainda que o número de clientes que a Socremo apresenta anualmente é composto por uma percentagem de mulheres cada vez crescente, conforme ilustra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 11

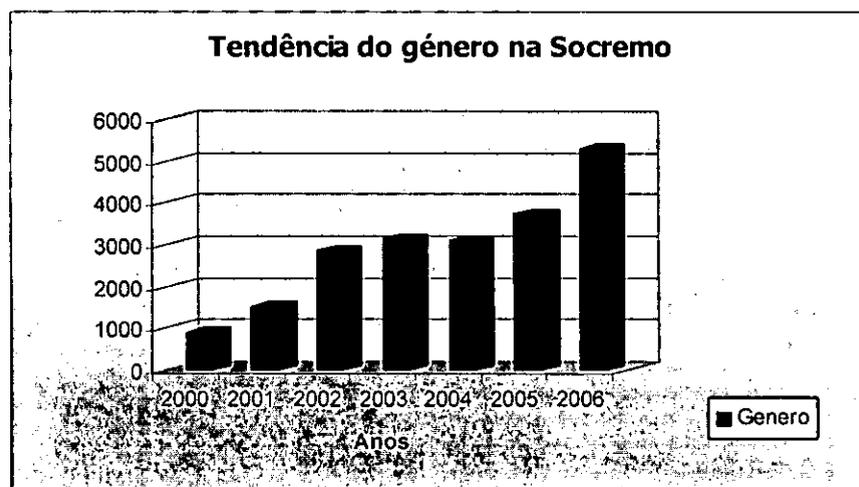


Gráfico obtido com base em dados do

[www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett) disponível no Anexo 1 tabela 1

Em relação a Tchuma, Cooperativa de Poupança e Crédito a tendência crescente do número de clientes desde o surgimento da instituição até 2006, resulta da expansão do número das suas agências, pois actualmente a nível de Moçambique, a instituição possui cinco agências, a agência da Matola, da 24 de Julho, do Xiquelene, do Infulene e de Xai-Xai.

Para o caso da ProCredit a tendência do seu número de clientes, mostra que esta instituição não representa uma excepção a regra, pois desde o seu surgimento está a beneficiar um número crescente da população moçambicana, com destaque segundo De Vetler (2004) para a população acima dos 35 anos. Facto este que é resultante das garantias (por exemplo mobiliário e electrodomésticos) que esta instituição exige e muitos dos jovens não possuem, pois na sua maioria vivem com seus pais e outros não trabalham.

Olhando para o caso da UGC-CPC desde o surgimento da instituição em 2004, o gráfico ilustra uma tendência crescente apesar de a instituição só possuir uma agência a nível de Moçambique, esta que situa-se na cidade de Maputo no Bairro 25 de Junho. No entanto os clientes desta instituição são constituídos maioritariamente por mulheres,

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

como ilustra o gráfico abaixo, facto este que resulta de a instituição dar mais atenção, desde o seu surgimento as mulheres carenciada, que são muitas das vezes viúvas.

**GRÁFICO 12**

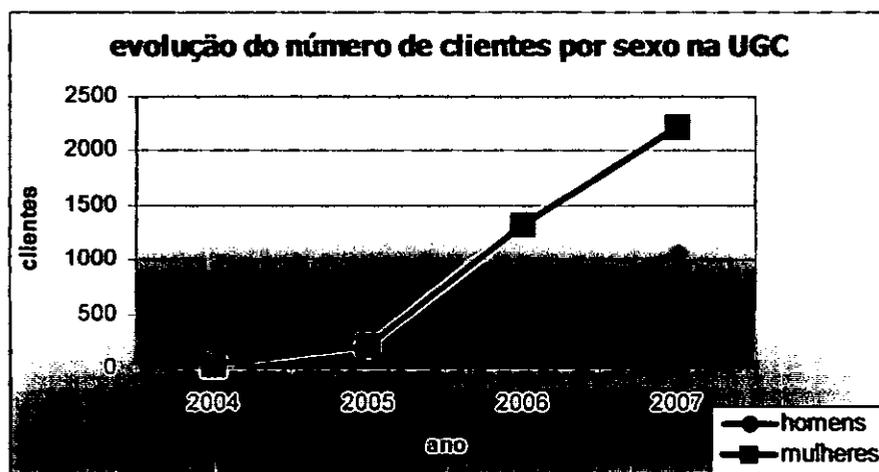


Gráfico elaborado com base em dados retirados das estatísticas da UGC-CPC e apresentados na tabela 17 disponíveis no Anexo 1

Este comportamento do número de clientes nas IMF's abordadas reflecte as tendências actuais do custo de vida cada vez mais elevado, em que até os bens essenciais estão sujeitos a mudanças repentinas do preço, o que conduz a uma necessidade de se arranjar outras formas alternativas de rendimento.

Assim, a maioria da população para fazer face a insuficiência de renda recorre a prática de actividades comerciais suplementares que lhe canalize um fluxo diário de fundos, tais actividades podem ser a abertura de restaurante, salões de beleza, lojas, negócio de esquina dentre outros.

No entanto para iniciar estas actividades dirigem-se as instituições de Microfinanças visando obter crédito para iniciar o seu negócio e posteriormente fazem uso de outros serviços financeiros aí oferecidos.

Dado a natureza urbana destas actividades comerciais, a procura é considerável nestas zonas, onde para além de usar o serviços microfinanceiros a população

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

envolve-se bastante em outros circuitos tradicionais para adquirir fundos, como por exemplo em Xitiques<sup>20</sup>.

Referir ainda, que a procura do microcrédito está relacionada também à realização de actividades informais nos centros urbanos, pois devido ao êxodo rural e a falta de emprego para todos nas cidades, milhares de moçambicanos recorrem a instituições de Microfinanças afim de obter crédito para desenvolver actividades caseiras ou informais como forma de garantir a sua subsistência de forma digna.

Porém, devido a constante luta mensal do agregado familiar para contrabalançar os rendimentos e despesas, seria ingénuo presumir que todos créditos sejam aplicados de forma para a qual foram solicitados.

Os créditos constituem fundos adicionais que podem ser combinados com outra liquidez do agregado familiar. A forma como são aplicados depende muito das circunstâncias prevaletentes no momento da solicitação do mesmo. Em condições normais, será razoável presumir que o crédito seja utilizado para gerar rendimento a partir da actividade na qual seja alocado.

No entanto, olhando a tendência crescente do número de créditos concedidos e do número de clientes, ilustrados nos gráficos nota-se que as instituições de Microfinanças abordadas estão a desempenhar um papel crucial no fornecimento de serviços financeiros as populações carenciadas, que são o alvo destas instituições, com destaque para a UGC-CPC que diariamente atende e faz o acompanhamento de senhoras camponesas, vendedoras de mercados com baixo nível de escolaridade e até analfabetas ajudando-as a melhorar o seu nível de vida e de seus dependentes.

Estas instituições de Microfinanças para além de trazerem melhorias para o nível de bem estar dos que usam seus serviços financeiros, criam novos postos de trabalho, a medida que expandem suas agências e empregam muitos moçambicanos, nos vários cargos existentes nas instituições, com destaque para o de técnicos de crédito.

---

<sup>20</sup> Xitique "operações de credito com regras especificas do grupo constituído por familiares, amigos, conhecidos e vizinhos, ou pelo menos entre pessoas com um laço social forte, baseados na palavra e confiança mutua" (Navalha,2006)

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

Das instituições em análise no presente estudo, todas elas apresentam, em regra geral, uma tendência crescente no número de pessoal que empregam, conforme ilustram os dados nas tabelas 1, 2,3 e 16 apresentadas no Anexo 1.

Em termos de distribuição geográfica por Moçambique as IMF's abordadas no estudo encontram-se nos seguintes locais:

**Tabela 4** : distribuição geográfica das IMF's em Moçambique

nome da instituição	provincia
SOCREMO	Maputo, Beira e Chimoio
TCHUMA	Maputo e Gaza
PROCREDIT	Maputo, Beira, Chimoio e Nampula
UGC-CPC	Maputo

Tabela elaborada com base em dados retirados do relatório de Fion de vetler(2006:28)

**Tabela 4.1:** número de IMF's por provincia

provincia	número de IMF's (anos)	
	1997	2005
Maputo	15	20
Gaza	5	6
Inhambane	0	5
Manica	5	5
Sofala	6	4
Tete	4	3
Zambézia	3	4
Niassa	3	1
Cabo delgado	3	6
Nampula	6	5
<b>total</b>	<b>50</b>	<b>59</b>

Tabela elaborada com base em dados retirados do relatório de Fion de Vetler(2006:29)

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Pela leitura da tabela pode-se verificar que todas as IMF's encontram-se em Maputo, e observa-se uma tendência de concentração destas instituições nas zonas urbanas, sobretudo em Maputo, que possui os valores mais elevados facto explicado por motivos como:

- baixo retorno do investimento nas zonas rurais quando comparado com as zonas urbanas, isto porque os custos operacionais são elevados, devido a falta de mão de obra qualificada e de infra-estruturas necessárias;
- infra-estruturas inadequadas, incluindo tecnologias de informação e comunicação, o que dificulta o acesso e o intercâmbio;
- Baixo volume de negócios, resultante das próprias necessidades do meio, que levam a pequenas transacções, para além da baixa densidade populacional resultante das tendências de êxodo rural;
- grande vulnerabilidade dos negócios aos factores climáticos e desastres naturais, o que leva a situações de falta de reembolso dos empréstimos concedidos, e conseqüente deterioração da carteira de crédito da instituição.

Estes elementos supracitados elevam os custos administrativos, o que inibe as instituições de se localizarem nas regiões rurais, fazendo com que o impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito pelas IMF's não seja considerável, pois estas acabam tendo a mesma tendência de concentração na zona urbana, conforme ocorre com a banca tradicional.

Desta forma nota-se que mesmo tendo surgido para oferecer oportunidade de acesso ao crédito as populações carenciadas, as Microfinanças não estão a ir ao encontro destas populações, localizadas sobretudo na zona rural.

Facto este resultante destas instituições estarem preocupadas com o lucro, o que assemelha-se a banca tradicional, estando por isso as Microfinanças em Moçambique a crescer lado a lado com a banca tradicional.

Referir ainda que mesmo estando a criar benefícios sociais, estas instituições localizadas estrategicamente nas zonas urbanas, para garantir a sua continuidade no

Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique

tempo, estão a recorrer a empréstimos da GAPI<sup>21</sup> e a donativos de seus parceiros, onde por exemplo a UGC-CPC depende de donativos de seus parceiros dentre estes:

ISCOS Institucion Per La Cooperazion Allo Sviluppo; IEPALA Instituto de Estudios Politicos para America Latina; Mundialita; Projecto Rete-Maise e o Ministério da Juventude e Desporto.

No entanto mesmo estando a depender de financiamentos externos, os seus resultados financeiros destas instituições são instáveis, conforme ilustra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 13

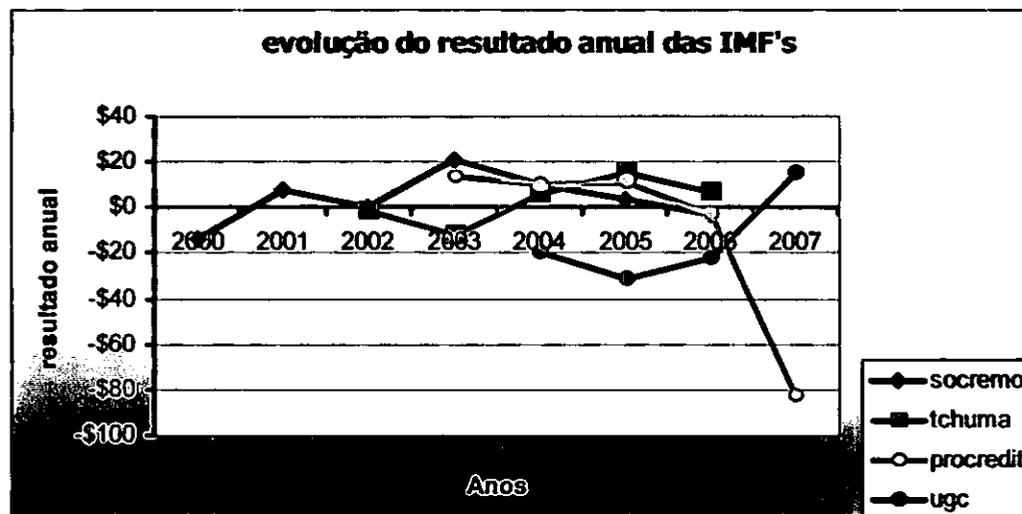


Gráfico elaborado com base em dados extraídos das estatísticas da UGC-CPC e do site, [www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett) disponíveis nas tabelas 1, 2, 3 e 18

no Anexo 1, valores nominais em USD.

Pode-se ver pelo gráfico que desde o seu surgimento das IMF's abordadas no estudo, mesmo estando a abarcar um número cada vez crescente de clientes, este aspecto positivo para a sociedade tem sido em contrapartida da sua sustentabilidade.

<sup>21</sup> GAPI sociedade de promoção de pequenos investimentos, SARL criada em Marco de 1990 através da união de fundos do antigo banco popular de desenvolvimento e a fundação Friedrich Ebert

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Para o caso da UGC, esta mesmo estando com um grau de retenção de clientes crescente ao longo do tempo ( conforme o item reempréstimos na **tabela 17 do Anexo número 1**), também não constitui uma excessão a esta regra.

Portanto, é notável que mesmo com a actual proeminência de instituições de Microfinanças, sobretudo nas zonas urbanas, estas ainda estão a enfrentar sérios problemas de sustentabilidade que pode ser apontado como sendo também um dos motivos que não permite a sua expansão para as zonas rurais.

Pois mesmo em zonas urbanas, onde as condições de infra-estruturas e meios de comunicação são melhores em relação a zona rural enfrentam problemas de sustentabilidade, que as torna vulneráveis ao desaparecimento caso não hajam parceiros que as sustentem.

## **CAPITULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

### **CONCLUSÃO**

Elevado número da população moçambicana de renda baixa enfrenta o problema de acesso muito limitado ao crédito e aos esquemas de investimento. A falta de acesso ao crédito realmente viável para a população mais pobre, envolvida em diversas actividades económicas, prejudica ou elimina a possibilidade destas usarem o seu próprio esforço para melhorar o seu nível de vida e de seus dependentes.

Entretanto, recentemente se tem dado mais atenção ao sector de Microfinanças que actualmente considera-se como um instrumento para o combate a pobreza, pois com as metodologias empregues neste sector é possível garantir a população moçambicana activa e menos abastada financeiramente ter acesso ao crédito.

Antes de 1990, fornecer crédito aos micro empresários e pequenos produtores era considerado muito arriscado, devido aos altos custos das transacções e à falta de credibilidade e de garantias dos tomadores. No entanto, uma variedade de experiências positivas, a exemplo do Grameen Bank de Bangladesh, vieram mudar

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

essa atitude, propiciando mais atenção para as inovações e adaptações institucionais voltadas para operações de microcrédito.

Uma lição importante oriunda dos programas de Microfinanças em Moçambique é que as primeiras instituições voltadas para oferecer microcrédito, ou adaptadas para isso, eram resultado de iniciativas não governamentais ou de ONGs, enquanto que agora o desafio é ampliar essa rede microfinanceira com instituições locais cada vez mais concorrenciais, e incluir nela o sector bancário comercial privado, principalmente por meio de Parcerias.

É notável que no exercício da sua actividade, o sector microfinanceiro moçambicano está a abarcar um número cada vez crescente de clientes e o crédito concedido tem apresentado uma tendência crescente tanto em termos nominais como reais, apesar destas instituições ainda encontrarem-se concentradas nas zonas urbanas devido aos custos inerentes a sua expansão para as zonas rurais.

No entanto estas instituições de Microfinanças mesmo não tendo se expandido para as zonas rurais contribuem para a redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique, porém este impacto reflecte-se apenas nas regiões onde se instalam.

Assim, dado que a abrangência a nível dos distritos ainda é fraca, esta contribuição na redução de assimetrias no acesso ao crédito ainda está aquém do desejável, sendo mínima pois esta actividade ainda possui particular enfoque para os centros urbanos.

Referir ainda que a actividade microfinanceira em Moçambique depende muito de financiamentos de fundos que geralmente vem consignados, as IMF's não possuem sistemas informáticos uniformizados que permitam a troca de informação entre os vários operadores, e necessitam ainda de mecanismos que incentivem a poupança.

## RECOMENDAÇÕES

As instituições de Microfinanças em Moçambique devem apostar na:

- ❖ Criação de um órgão central entre os operadores de Microfinanças que permite a troca de informação sobre os clientes faltosos.

Com a criação deste órgão Central entre as instituições, o controle dos requerentes de crédito será melhor, o que permitirá as instituições em conjunto gerir o problema de assimetria de informação, de forma a reduzir os índices de delinquência, dado que todas estarão a colaborar na identificação de maus riscos de crédito;

- ❖ Criar incentivos para a constituição de poupanças pelos seus clientes, isto que pode ser por meio de pagamento de taxas de juro concorrenciais.

Ao conseguir captar poupanças do publico, as instituições poderão usar estes recursos para concessão de crédito , de forma a reduzir a longo prazo a sua dependência face a seus parceiros e a donativos, e o seu crescimento será sustentável;

- ❖ Garantir a existência nas instituições microfinanceiras de pessoas que estejam abalizadas sobre o seu sistema informático para evitar estar dependente dos detentores dos servidores;

As instituições de Microfinanças ao adquirirem uma tecnologia informática de outros países, deveriam negociar com estes a capacitação de alguns colaboradores seus para o domínio do sistema informático, isto que permitirá a instituição ter informação atempada para efeitos de controle interno e de fiscalização;

- ❖ Ao invés de beneficiar de donativos que são locados a um período de curto prazo, deve-se assinar acordos de longo prazo com parceiros e outros financiadores, de forma a garantir que a instituição disponha destes recursos por um período extenso.

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Estes recursos devem ser acompanhados de acções de formação de forma a garantir que o pessoal que vai geri-lo esteja claro dos objectivos pretendidos, o que permitirá a instituição ao longo do tempo desenvolver capacidades internas, que lhe permitirão ser auto-sustentável.

Porém estes aspectos devem ser associados a ajuda por parte do governo de forma a criar infra-estruturas básicas de transporte, telecomunicações energia eléctrica, por forma a melhorar o acesso as várias regiões do vasto Moçambique e o nível de desenvolvimento destas.

Assim será possível desenvolver um sector microfinanceiro sólido, dinâmico e integrado, que venha a responder a os níveis de concorrência que se avizinham com a integração regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco de Moçambique, Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras: lei número 15/99 de 1 de Novembro actualizada pela lei número 9/2004 de 21 de Julho;

Banco de Moçambique (2006) “*Traços Principais do Licenciamento e da Actividade das Instituições de Microfinanças em Moçambique*”, Departamento de Supervisão Bancária;

Boletim estatístico do Banco de Moçambique,2007;

De Vletter, Fion ( 2006) “*Relatório Síntese sobre o Mercado Microfinanceiro em Maputo, Moçambique: Oferta, Procura e Impacto. Caso do Novobanco, Socremo e Tchuma,SCRL;\_Maputo*;

De Vletter, Fion ( 2006) “*O sector microfinanceiro em Moçambique, Realizações , Perspectivas e Desafios*”, PNUD e MEDA, Maputo;

Documentos informativos do BIM, 2007

Fonseca, Fernando (1995) “curso de Formação Técnica Bancária”, Instituto de Formação Bancária, Maputo;

Ferreira, Manuel et all(1998) “*O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência económicas das mulheres em Angola, a Kixikila no município do Sambizanga*, Lisboa;

Governo de Moçambique (2007) “*Estratégia Nacional de Microfinanças*”, documento preliminar;

Mishkin, F.S. (1998), *Moeda, Bancos e Mercados Financeiros*, 5ª Edição, Publicações Herper Collins. New York;

Munguambe, Salomão ( 1989) “*Prepodêutica comercial, Noções de Comércio*, Edição número 2;

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

Martin Rohler, (2006) “Manual de politica de crédito da Socremo”;

Memo de 25/08/06 da Socremo;

Manual de procedimentos da UGC-CPC, 2004;

Navalha, Felisberto(2000) “*Captação de poupanças dentro do sector informal em Moçambique*” , Maputo;

Navalha, Felisberto(2007) “*Sector financeiro moçambicano*” Documento preparado para o curso referente ao desenvolvimento de um Sector financeiro Inclusivo em Moçambique;

Pinto, Rui( 2007) “*Regime das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e as Alterações de 2004*”, documento facultado na formação referente ao desenvolvimento de um sistema financeiro inclusivo em Moçambique, Maputo;

República de Moçambique; (2005) “*Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, PARPA II*”

Santos et all (2001), “*Da Repressão Financeira ao Microcrédito*”, disponível na Revista de Economia Política, volume 21 número 4;

United Nations (2006) “*Building Inclusive Financial Sectors for Development*, United States of America;

**Sites consultados**

Canal de Moçambique (2007) disponível em [www.pap.org.mz/downloads/wg\\_reports\\_jr07/sector\\_financeiro\\_rc07.doc](http://www.pap.org.mz/downloads/wg_reports_jr07/sector_financeiro_rc07.doc) , acessado dia 11/08/2007 as 15 horas;

[www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett = 844-58k](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett = 844-58k) a 11/08/07 pelas 15h

*Instituições de Microfinanças: seu impacto na redução de assimetrias no acesso ao crédito em Moçambique*

[www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett = 1097-50k](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett=1097-50k) a 11/08/07 as 15h

[www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett = 1716-56k](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett=1716-56k) a 11/08/07 as 15h

[www.procredit-holding.com](http://www.procredit-holding.com), acessado a 08/10/07 as 11 horas

[www.Portaldogoverno.gov.Mz/noticias,outubro](http://www.Portaldogoverno.gov.Mz/noticias,outubro) de 2005 Acessado a 26/04/07

**Entrevistas:**

Carlos Nhamahango, director financeiro da ProCredit

Senhora Lurdes, responsável do departamento de contabilidade da UGC-CPC

# ANEXOS

## Anexo 1

TABELA 1: dados referentes a Socremo valores em USD

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
peçoal empregue	65	54	71	97	97	134	200
Clientes	1742	2904	5485	5931	5861	6377	10209
media do empréstimo	365	223	270	332	711	844	972
Género	902	1510	2852	3143	3106	3724	5309
Género(%)	51,8	52	52	53	53	58,4	52
Depósitos	0	0	0	0	420	3172	8300
saldo da poupança media	N/A	N/A	N/A	N/A	132	254	182
margem de lucro(%)	-13,78	7,82	0,41	21,07	9,97	3,4	-3,33

Elaborada com base retirados do [www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett) acessado a 11/08/07 pelas 15h

TABELA 2: dados referentes ao Tchuma, com valores em USD

Anos	2002	2003	2004	2005	2006
peçoal empregue	74	88	103	204	101
Clientes	5127	6154	7229	9194	9004
media do empréstimo	183	223	347	290	299
Género(%)					62,9
Depósitos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
saldo da poupança media	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Margem de lucro (%)	-1,13	-12,41	6,34	14,99	7,16

Elaborada com base retirados do [www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett) = 844-58k a 11/08/07 pelas 15h

Tabela 2.1 : Valores do crédito e depósitos nominais anuais, em MT e USD

Ano	meticais	meticais	dólares	dólares	cambio
	Credito individual	credito em grupo	cred ind	cred em grp	
2005	56.172.596	894.622	\$2.269.600	\$36.146	24,75
2006	60.016.352	1.389.513	\$2.277.660	\$52.733	26,35
2007	87.801.709	3.146.389	\$3.744.209	\$134.174	23,45

Tabela 2.2: Valores do crédito e depósitos reais anuais, em USD

Ano	dólares	dólares	dólares	dólares	txa de inflação
	cred ind	cred em grp	cred ind real	cred em grp real	
2005	\$2.269.600	\$36.146	\$2.124.345	\$33.833	6,4
2006	\$2.277.660	\$52.733	\$1.977.009	\$45.772	13,2
2007	\$3.744.209	\$134.174	\$3.467.138	\$124.245	7,4

Tabelas elaboradas através de dados retirados dos balancetes anuais do Tchuma e convertidos

**TABELA 3: dados da ProCredit em Moçambique**

Valores em USD					
Anos	2003	2004	2005	2006	2007
peçoal empregue	82	171	325	535	736
Cientes	1480	7406	12781	21277	25531
média do empréstimo	5354	3337	4417	4549	5192
depósitos	2704	17918	48084	87125	81049
saldo da poupança média	748	754	555	670	1640
margem de lucro(%)	13,58	10,09	10,68	-3,33	-82,28

Dados retirados do [www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett=1716-56k](http://www.mixmarket.org/en/demand.show.profile.asp?ett=1716-56k)  
a 11/08/07 as 15

**TABELA 3.1 :dados da Procredit em Moçambique**

Valores em USD						
ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
créditos número	7277	8178	11289	15587	21293	26738
volume de crédito	2.090.016	2.916.745	6.630.064	8105824	12.938.330	24.107.363,27
Inflação	16,8	13,5	12,6	6,4	13,2	7,4
volume de cred real	1.738.893	2.522.984,4	5.794.675,94	7.587.051,26	11.230.470	22.323.418,39
depósitos número	N/A	N/A	N/A	N/A	64347	97258
volume de depósitos	N/A	N/A	N/A	N/A	8049528	15793408

Tabela elaborado com base em dados retirados do centro de estatística da Procredit

**Tabela 4: taxas de juro de Micro-Créditos ( incluindo crédito Especial e Crédito Automático) e Créditos ao Consumo**

valor do crédito em Mil Meticais	taxa de juro mensal (%)
3 a 5	6,25
5 a 10	6
10 a 50	5,75
50 a 100	5,5
100 a 200	5,25
200 a 300	5

**Tabela 5: taxas de juro de Créditos a Habitação ( para valores inferiores a 300 Mil Meticais)**

valor do crédito em Mil Meticais	taxa de juro mensal (%)
3 a 5	6,25
5 a 10	6
10 a 50	5,75

50 a 100	5,5
100 a 200	5,25
200 a 299	5

**Tabela 5.1 :** taxas de juro de Créditos para Habitação (para valores superiores a 300 Mil Meticais<sup>1</sup> e X é o crédito)

Valor do crédito em Mil Meticais	Taxa de cobertura da Garantia real (%)			
	$30 \leq X < 50$	$50 \leq X < 100$	$100 \leq X < 150$	$X \geq 150$
$300 \leq X < 500$	4.75	4.5	4.25	4.00
$500 \leq X \leq 1000$	4.50	4.25	4.00	3.75

**Tabela 6<sup>2</sup>:** taxas de juro de Créditos para Pequenas e Médias empresas, onde X é o valor do crédito

Valor do crédito em Mil Meticais	Taxa de Cobertura Da garantia Real (%)				
	$0 \leq X < 30$	$30 \leq X < 50$	$50 \leq X < 100$	$100 \leq X < 150$	$X \geq 150$
$250 \leq X < 300$	5.00	4.50	4.25	4.00	3.75
$300 \leq X < 500$	-	4.50	4.25	4.00	3.75
$500 \leq X < 1000$	-	4.25	4.00	3.75	3.50
$1000 \leq X < 2500$	-	-	3.75	3.50	3.25
$X \geq 2500$	-	-	-	-	3.00

**Tabela 7:** evolução do sector

Financeiro

instituições	1987	2007
Bancos Comerciais	3	12
cooperativas de crédito	0	11
sociedades de locação financeira	0	3
outras instituições de crédito	1	1
Sociedades de Investimento	0	1
casa de cambio	0	24
seguradoras	1	4
correctoras	0	7
instituições de Microfinanças	0	59

Banco de Moçambique, 2007

<sup>1</sup> Nestes créditos acima de 300 Mil Meticais desconta-se uma comissão de 1 %.

<sup>2</sup> Os dados apresentados nas tabelas 4 a 6 foram retirados do ,Memo de 25/08/06 da Socremo, ultima actualização das taxas de juro

T

**Tabela 8: distribuição de agências por província**

Província	Num de agências	% do total
Maputo, cidade e província	121	53,07
Gaza	14	6,14
Inhambane	13	5,7
Sofala	22	9,65
Manica	12	5,26
Tete	8	3,51
Zambézia	10	4,39
Nampula	17	7,46
Cabo Delgado	7	3,07
Niassa	4	1,75
<b>TOTAL</b>	<b>228</b>	<b>100</b>

Banco de Moçambique, 2007

**Tab 9** distribuição de operadores de Microfinanças em 2007

Província	agências cooperativas		operadores de microc	
	número	%	número	%
Maputo, cidade e província	9	81,8	45	77,5
Gaza	1	9,1	1	1,7
Inhambane	0	0	0	0
Sofala	0	0	0	0
Manica	0	9,1	1	1,7
Tete	1	0	0	0
Zambézia	0	0	0	0
Nampula	0	0	1	1,7
Cabo Delgado	0	0	10	17,2
Niassa	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>58</b>	<b>100</b>

Banco de Moçambique, 2007

**Tabela 10: evolução da inflação em Moçambique**

Ano	taxa de inflação média anual
2000	12,7
2001	9,1
2002	16,8
2003	13,5
2004	12,6
2005	6,4
2006	13,2
2007	7,4

Tabela elaborada com base em dados retirados do [www.Portaldogoverno.gov.Mz/noticias\\_outubro](http://www.Portaldogoverno.gov.Mz/noticias_outubro) de 2005 Acessado a 26/04/07

TAB 11 situação da carteira até 31/12/07 ( valores em metcais)

Descrição	crédito agrícola			crédito avícola			crédito comercial			consolidado		
	número	valor	%	numero	valor	%	número	valor	%	número	valor	%
	total concedido	674	5.197.529,00		196	7.779.507,08		2.432	26.142.500,00		3.302	39.119.536,08
total amortizado	302	3.668.643,93		177	7.107.765,67		1.585	18.669.114,49		2.064	29.445.524,10	
total vigente	372	1.528.885,07	100	19	671.741,40	100	847	7.473.385,51	100	1.238	9.674.011,98	100
atrasos até 3 meses	93	82.265,20	5,38			0	108	209.537,15	2,80	201	291.802,34	3,02
atrasos acima de 3 meses	43	119.514,87	7,82	2	19.991,40	2,98	223	1.042.315,35	13,95	268	1.181.821,62	12,22
total dos atrasos	136	201.780,06	13,20	2	19.991,40	2,98	331	1.251.852,50	16,75	469	1.473.623,96	15,23
credito corrente(em dia)	236	1.327.105,00	86,80	17	651.750,00	97,02	516	6.221.533,00	83,25	769	8.200.388,00	84,77
total vigente	372	1.528.885,06	100	19	671.741,40	100	847	7.473.385,50	100	1.238	9.674.011,96	100

TAB 12 situação da carteira de crédito até 31/12/06 ( valores em metcais )

Descrição	crédito agrícola			crédito avícola			crédito comercial			consolidado		
	número	valor	%	número	valor	%	número	valor	%	número	valor	%
	total concedido	277	2.038.567,00		124	5.393.697,08		1523	13.850.000,00		1.924	21.282.264,08
total amortizado	121	1.314.114,18		121	3.310.670,07		643	8.187.692,61		885	14.812.476,86	
total vigente	156	724.452,82	100	3	83.027,00	100	880	5.662.307,39	100	1.039	6.469.787,21	100
atrasos até 3 meses	40	32.245,36	4,45			0	172	277.505,32	4,9	212	309.750,68	4,79
atrasos acima de 3 meses	1	1.870,99	0,26	3	83.027,00	100	119	577.664,75	10,20	123	662.562,74	10,24
total dos atrasos	41	34.116,35	4,71	3	83.027,00	100	291	855.170,07	15,10	335	972.313,43	15,03
credito corrente(em dia)	115	553.206,52	76,36			0	589	4.049.871,19	71,52	704	4.603.077,72	71,15
credito não vencido dos atrasos		137.129,94	18,93		0	0		757.266,13	13,37		894.396,07	13,82
total vigente	156	724.452,82	100	3	83.027,00	100	880	5.662.307,39	100	1.039	6.469.787,21	100

**TABELA 13**  
situação da carteira de crédito até 31/12/05 (valores em meticais)

Descrição	credito agrícola			credito avícola			credito comercial			consolidado		
	número	valor	%	número	valor	%	número	valor	%	número	valor	%
total concedido	110	773,500,000.00		87	3,744,414,077.00		183	1,602,000,000.00		380	6,119,914,077.00	
total amortizado	42	477,815,949.80		58	2,596,263,532.75		7	241,690,035.03		107	3,315,769,517.58	
total vigente	68	295,684,050.20	100	29	1,148,150,544.25	100	176	1,360,309,964.97	100	273	2,804,144,559.42	100
atrasos até 3 meses	10	6,028,026.35	1.04	11	82,964,834.25	7.23	8	10,034,962.97	0.74	29	99,027,823.56	3.53
atrasos acima de 3 meses	42	76,522,454.85	25.88			0			0	42	76,522,454.85	2.73
total dos atrasos	52	82,550,481.20	27.92	11	82,964,834.25	7.23	8	10,034,962.97	0.74	71	175,550,278.42	6.26
crédito corrente(em dia)	16	213,133,569.00	72.08	18	1,065,185,710.00	92.77	168	1,350,275,002.00	99.26	202	2,628,594,281.00	93.74
total vigente	68	295,684,050.20	100	29	1,148,150,544.25	100	176	1,360,309,964.97	100	273	2,804,144,559.42	100

**TAB<sup>3</sup> 14** situação da carteira de crédito até 31/12/04 (valores em meticais)

Descrição	credito agrícola			credito avícola			credito comercial			consolidado		
	número	valor	%	número	valor	%	número	valor	%	número	valor	%
total concedido	82	513,500,000.00								82	513,500,000.00	
total amortizado										0	0	
total vigente	82	513,500,000.00	100	0	0		0	0		82	513,500,000.00	100
atrasos até 3 meses			0							0		0
atrasos acima de 3 meses			0							0		0
total dos atrasos	0	0	0	0	0		0	0		0	0	0
crédito corrente(em dia)	82	513,500,000.00	100							82	513,500,000.00	100
total vigente	82	513,500,000.00	100	0	0	100	0	0	100	82	513,500,000.00	100

<sup>3</sup> As tabelas 11,12,13, e 14 foram elaboradas com base em dados retirados de documentos estatísticos disponíveis no centro de estatística da UGC

**Tabela 15: síntese dos dados da UGC-CPC valores nominais convertidos para USD**

ano	valor de depósitos	valor total credit	depósitos em \$	credito em \$	txa de cambio
2004	4.791	513.500.000	\$216	\$23.203.796	22,13
2005	136.004	6.119.914.077	\$5.495	\$247.269.256	24,75
2006	544.452	21.282.264	\$20.662	\$807.676	26,35
2007	3.064.426	39.119.536	\$130.679	\$1.668.210	23,45

**Tabela 15.1 síntese dos dados da UGC-CPC valores reais em USD**

ano	depósitos em \$	credito em \$	deposito real	credito real	taxa de inflação
2004	\$216	\$23.203.796	\$189	\$20.280.117	12,6
2005	\$5.495	\$247.269.256	\$5.143	\$231.444.023	6,4
2006	\$20.662	\$807.676	\$17.935	\$701.063	13,2
2007	\$130.679	\$1.668.210	\$121.009	\$1.544.763	7,4

**Tabela 16: Evolução do número de trabalhadores da UGC-CPC**

Ano	Numero
2004	12
2005	16
2006	16
2007	17

Tabela elaborada com base em dados estatísticos da UGC

**Tabela 17: evolução da carteira de crédito de 31/12/04 a 31/12/07**

anos	2007	%	2006	%	2005	%	2004	%
descrição								
<b>clientes</b>								
homens	1,065	32%	593	31%	146	38%	44	54%
mulheres	2,216	67%	1312	68%	218	57%	37	45%
outros	21	1%	19	1%	16	4%	1	1%
total	3302	100%	1924	100%	380	100%	82	100%
<b>reemprestimos</b>	766	23%	355	18%	44	12%		

Tabela elaborada com base em dados estatísticos da UGC

**Tabela 18: evolução dos resultados da UGC-CPC em MT e USD**

ano	valor em MT	valor em dólar
2004	-441,51	-\$20
2005	-777,116	-\$31
2006	-536,265	-\$22
2007	343,352	\$15

Tabela elaborada com base em dados estatísticos da UGC

## ANEXO 2:

### **A: QUESTIONARIO SUBMETIDO AS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS**

- Qual foi a data de surgimento da instituição e um refira-se a um breve historial?
- Quais são os Objectivos da instituição?
- A instituição depende de uma fonte de financiamento? Se sim qual?
- Que tipo de Produto ou serviço a instituição presta?
- Quais são as Garantias colaterais necessárias para adquirir credito?
- Qual é o Período para aprovação de um empréstimo?
- A nível de Moçambique qual é a Cobertura geográfica das vossas instituições?
- Como tem sido a Evolução do número de clientes desde o seu surgimento até hoje? sustente a resposta com dados.
- Que Características apresentam de um modo geral os clientes ( e os de Maputo)?
- Qual é a Taxa de juro aplicada até hoje?
- Como e a Evolução do crédito concedido? sustente a resposta com dados.
- Quais são os Limites de crédito (máximo e mínimo) na instituição?
- Quais são os Prazos de pagamento e período de tolerância aplicados?
- Como é o Comportamento dos depósitos e créditos? apresente dados.
- Como é o vosso Desempenho financeiro?
- Quais os Constrangimentos e desafios enfrentados?
- Depois de concedido o crédito a instituição faz um acompanhamento ao cliente?

### **B: QUADRO DE ACCIONISTAS DA PROCREDIT**

**BIO** - Development through investment, que é uma companhia virada ao investimento em países em via de desenvolvimento criada em 2001 pelo governo belga como uma parceria público-privada, por intermédio do departamento de cooperação para o desenvolvimento. Tem como missão apoiar o sector privado dos países em vias de desenvolvimento através de investimentos directos e indirectos para o micro financiamento as pequenas e médias empresas. O objectivo desta é criar nestes países um crescimento económico sustentável e contribuir para o alívio a pobreza. A BIO é um membro da EDFI (European Development Finance instituições).

A **FMO** - Holanda Development Finance Company é um banco de desenvolvimento holandês com dimensão internacional que tem como missão criar empresas florescentes que possam servir

como motores do crescimento sustentável de países em vias de desenvolvimento e para tal investe capital em empresas e instituições de países em via de desenvolvimento.

DOEN foi criada em 1991 com a missão de garantir que nos países em vias de desenvolvimento a população tenha acesso a serviços financeiros. DOEN tem uma preferência de longo prazo na celebração de parcerias estratégicas. Em 1998 começou a trabalhar com ProCredit Holding e desde então tem sido um investidor estratégico.

### **C: OPERADORES SUJEITOS A SUPERVISAO PRUDENCIAL**

- *Caixa económica* – que é um microbanco participado por uma Entidade sem fins Lucrativos, de fins sociais ou de solidariedade social, que com o microbanco mantenha uma relação de domínio. Só é permitido a esta instituição conceder crédito e captar depósitos do público, porém só pode contratar depósitos a prazo ate um ano. *O capital mínimo* para a constituição deste tipo de sociedade é de 2400.000,00MT.
- *Caixa de Poupança Postal*, que é um microbanco que se caracteriza pelo facto de ser participado por uma empresa de prestação de serviço postais e similares , que com o microbanco mantenha ma relação de domínio, e que usa a sua rede de infra estruturas e serviços para o exercício da actividade.  
  
Esta instituição não pode conceder crédito e a aplicação da poupança que recolhe do publico esta condicionada a aplicações de baixo risco, como títulos da dívida pública<sup>4</sup> e depósitos em outra instituições de credito dentre outras aplicações definidas pelo banco de Moçambique. *O capital mínimo* para a sua constituição é de 800.000,00MT.
- *Caixa Financeira Rural*, que se caracteriza pelo enfoque de pelo menos 50% da sua actividade no meio rural, isto que é possível dado a existência de um incentivo de capital mínimo de entrada menor. *O capital mínimo* para sua constituição e de 1200.00,00MT e este microbanco pode exercer as mesmas operações de uma caixa de poupança e crédito.
- *Caixa de Poupança e Crédito* , representa um microbanco padrão, não sujeito a qualquer das restrições presentes nos outros tipos de micro bancos. Para sua constituição é necessário um

---

<sup>4</sup> "Título de dívida é um valor mobiliário de dívida que implica pagamentos periódicos por um período específico de tempo"  
(Mishkim, 1998: 453)

*capital mínimo de 5000.000,00MT* , esta instituição pode conceder crédito e captar depósitos do público, bem como realizar outras operações e serviços acessórios.

As *Cooperativas de crédito*, são caracterizadas pela existência de um elemento de ligação entre os membros, que deve ser baseado numa relação preexistente. *O capital mínimo* para a sua constituição é *de 200.000,00MT* e estas entidades podem prestar serviços de captação de depósitos e concessão de crédito, apenas aos membros e mediante uma autorização prévia podem prestar outros serviços financeiros como aluguer de cofres e guarda de valores.

#### **D: OPERADORES SUJEITOS A MONITORIZAÇÃO**

- *Organizações de Poupança e Crédito* – registadas nos termos do RMF's como operadores de Microfinanças , cuja natureza e forma pressuponha a existência de membros, carácter associativo e/ou cooperativo entre os mesmos. O número máximo de membros depositantes é de 200 e o valor máximo do depósito por membro é de 10 milhões de meticais. Para sua constituição é necessário um *capital mínimo de 150 mil meticais*.
  
- *Operadores de microcrédito* , que são entidades registadas nos termos do regulamento de Microfinanças apenas para o exercício, de forma habitual e profissional, de funções de crédito , as quais não poderão ser sociedades comerciais. Os fundos *mínimos para inscrição* nesta actividade estão actualmente fixados em *75 milhões de meticais* .

*Os intermediários de captação de poupança* definidas como entidades individuais ou colectivas vocacionadas para o exercício de captação de poupanças. Devem no entanto, actuar por conta de uma entidade habilitada a captar depósitos, e se por ventura forem registadas como operadores de microcrédito esta-lhes vedada a utilização na sua actividade dos depósitos recolhidos em nome da instituição de crédito. Para o seu registo é necessário a prova de existência de um acordo com uma instituição de crédito habilitada a captar poupanças, a que estará vinculada”(BM, 2006).